



INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROJETO DE TCC EM SOCIOLOGIA

**INFORMALIDADE E (RE)CONFIGURAÇÃO IDENTITÁRIA ENTRE EX-
TRABALHADORES FORMAIS NA CIDADE DE PORTO ALEGRE**

PATRÍCIA ELISA CAPORALE BARROS

Porto Alegre

2019

PATRÍCIA ELISA CAPORALE BARROS

**INFORMALIDADE E (RE)CONFIGURAÇÃO IDENTITÁRIA ENTRE EX-
TRABALHADORES FORMAIS NA CIDADE DE PORTO ALEGRE**

Trabalho apresentado para a obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Cinara Lerrer
Rosenfield

Porto Alegre

2019

PATRÍCIA ELISA CAPORALE BARROS

**INFORMALIDADE E (RE)CONFIGURAÇÃO IDENTITÁRIA ENTRE EX-
TRABALHADORES FORMAIS NA CIDADE DE PORTO ALEGRE**

Monografia defendida e aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais pela banca examinadora constituída por:

Profa. Cinara Lerrer Rosenfield (Orientadora)

Profa. Marilis Lemos Almeida

Eliane de Moura Martins

Porto Alegre

2019

RESUMO

Este estudo estrutura-se a partir de dois eixos teóricos distintos: a noção de que a identidade humana não é definitiva, mas se constrói e reconstrói ao longo da vida e a compreensão da informalidade como sendo intrínseca à sociedade do trabalho no Brasil, desde sua constituição. O entrelaçamento desses conceitos constitui a base para investigar de que forma a vivência na informalidade, entre ex-trabalhadores formais, vai contribuir para a reafirmação ou para a reconfiguração da 'identidade trabalhador' entre esses trabalhadores, que outrora vivenciaram relações de trabalho formais e que na atualidade se encontram na informalidade como alternativa à manutenção da subsistência. Para tanto, utilizaram-se narrativas de vida associadas a entrevistas episódicas, cujas informações foram analisadas qualitativamente resultando em variáveis e indicadores que foram compilados em quadros ilustrativos e comentados à luz da perspectiva teórica proposta por Claude Dubar.

Palavras-chave: Identidade. Trabalho. Informalidade.

ABSTRACT

This study is structured based on two theoretical different strands: the notion that the human identity is not definitive, but it is built and rebuilt throughout life and the comprehension of informality being inherent to the work society in Brazil, since its constitution. These concepts interlacing make the basis up to investigate in which way the informality experience, among former formal workers, will contribute for the worker identity reaffirmation or configuration between these workers that already went through formal work relations, but nowadays are living the informality as an alternative for sustaining their livelihood. For this purpose, life narratives associated to episodic interviews were used. The Information were analyzed qualitatively resulting in variables and Indicators that were compiled into illustrative tables and were commented by the theoretical prospect proposed by Claude Dubar

Keywords: Identity. Work. Informality.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 HISTÓRICO DA INFORMALIDADE E INFORMALIDADE NO BRASIL	11
3 TRABALHO: SIGNIFICADOS E SENTIDOS E IDENTIDADE	20
4 VIVÊNCIA DA INFORMALIDADE E (RE)CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS.....	52
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO AUTOAPLICADO PARA ENQUADRAMENTO E SELEÇÃO PARA ENTREVISTAS.....	54
APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTA NARRATIVA (PERGUNTA 1) E EPISÓDICA (DEMAIS PERGUNTAS)	55

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a publicação *Perspectivas Sociais e de Emprego no Mundo: Tendências 2018*, relatório anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a taxa de desemprego global se estabilizou após um aumento em 2016 (OIT: DESEMPREGO..., 2018). Os dados disponibilizados pela OIT indicam que a taxa chegou a 5,6% em 2017, o que representa mais de 192 milhões de pessoas desempregadas no mundo. "Embora o desemprego global tenha se estabilizado, os déficits de trabalho decente continuam generalizados e a economia global ainda não está criando empregos suficientes", afirmou o Diretor-Geral da OIT, Guy Ryder (OIT: DESEMPREGO..., 2018).

No que diz respeito às conclusões regionais para o Caribe e para América Latina, onde situa-se o Brasil, a previsão é de que a taxa de desemprego diminua apenas marginalmente, passando de 8,2% em 2017 para 7,7% até 2019 (OIT: DESEMPREGO..., 2018)). O número de pessoas desempregadas foi revisado para baixo em comparação com os dados apresentados na edição anterior do relatório, de 2017, mas isso reflete apenas o uso de dados e estimativas melhorados. "Os novos números não refletem uma perspectiva de um mercado de trabalho global melhor do que o esperado, nem significam que os números de desemprego tenham despencado", explica o economista da OIT Stefan Kühn, principal autor do relatório supracitado (OIT: DESEMPREGO..., 2018).

Isso significa que continuará faltando postos de trabalho para um significativo contingente de trabalhadores e que o número de trabalhadores informais tende a aumentar, especialmente no Brasil, cujas projeções apontam para uma redução mínima na taxa de desemprego, projetada apenas para o ano de 2019. Os dados e projeções referentes ao desemprego são atuais, mas a falta de empregos é histórica no Brasil e, em um contexto de escassez de empregos, a informalidade se insere como alternativa à obtenção dos "mínimos vitais", termo utilizado por Cardoso (2010, p. 74) para referir-se à manutenção da sobrevivência.

No caso do Brasil, a informalidade deve ser compreendida como um problema estrutural e os altos índices de desemprego registrados apenas ratificam o quadro histórico de desigualdade e pobreza que marcou o desenvolvimento do país, pois "[...] não há, nem nunca houve, no Brasil, postos salariais suficientes para que todos obtenham renda a partir de seu trabalho" (CARDOSO, 2016, p. 327). Ainda,

de acordo com Cardoso (2010), o mercado de trabalho se desenvolveu no Brasil a partir de um modelo de sociedade até então escravista, combinando um padrão de incorporação problemático de escravos libertos e de brasileiros natos a um Estado raquítico politicamente, ao mesmo tempo opressor socialmente e a uma elite indiferente às carências da maioria da população.

É preciso considerar a abolição da escravidão, que gerou um grande contingente de homens livres e necessitados de trabalho, sem que houvesse a contrapartida em ofertas de postos de trabalho. Além disso, o estímulo à imigração também contribuiu para o desenvolvimento do mercado de trabalho no país, privilegiando o uso da força de trabalho imigrante em detrimento à ocupação dos ex-escravos e dos elementos nacionais (CARDOSO, 2010).

Esse mercado de trabalho incipiente, foi forjado em um ambiente de exclusão, constituído, basicamente, por atividades de subsistência, algum assalariamento associado a serviços urbanos e por atividades mal remuneradas, 'empurrando' aqueles que necessitavam de trabalho para as atividades informais. Conceitualmente, o trabalho pode ser compreendido a partir de duas dimensões distintas: a dimensão instrumental, associada às condições de sobrevivência; e a dimensão simbólica, que confere ao homem a possibilidade de satisfação e reconhecimento, a partir da qual constitui sua identidade (COUTINHO, 2007).

Por essa razão, o trabalho pode ser compreendido como uma categoria central, que organiza e integra tanto o indivíduo quanto o social, constituindo-se em uma atividade tão dinâmica quanto complexa que se insere nos contextos histórico e cultural. No entanto, uma distinção importante deve ser feita entre trabalho e assalariamento. Este se refere ao valor de troca atribuído ao emprego da força de trabalho, constituindo-se em uma das relações de trabalho própria ao sistema de produção capitalista e, como o próprio capitalismo, sofreu algumas transformações ao longo do tempo que resultaram na heterogeneidade nessas relações (BORGES, 1993).

Para além da polarização empregado\desempregado, assalariado\não-assalariado, as transformações estruturais ocorridas no modo de produção capitalista, como a superação do paradigma de produção fordista pelo paradigma da acumulação flexível, deram lugar a formas alternativas à obtenção de renda necessária à manutenção da subsistência, e o trabalho informal, destituído de

vínculo contratual empregatício, ganhou força nesse contexto de mudanças estruturais (NORONHA, 2003).

Situado à margem do mercado de trabalho formal, o trabalho informal também se constitui em fonte de renda mas, para o brasileiro, o trabalho, como condição à cidadania, ainda é sinônimo de carteira assinada. Essa associação remete ao sentido do trabalho para uma parcela significativa da população brasileira, com possível repercussão nas bases de sua identidade (NORONHA, 2003).

No Brasil, o entendimento popular de ‘trabalho formal’ ou ‘informal’ deriva da ordem jurídica. São informais os empregados que não possuem carteira de trabalho assinada. Ao formal (no sentido de legal), contrapõem-se diversos tipos de contratos “informais”, sejam os claramente ilegais (ou criminosos, como por exemplo, o trabalho escravo), sejam trabalhos familiares ou diversos outros tipos de contratos, cujo estatuto legal está frequentemente em disputa – por exemplo, cooperativas ou contratos de terceirizados (NORONHA, 2003).

Diante das considerações estruturais, conjunturais e culturais que descrevem as peculiaridades das relações de trabalho no Brasil, a questão que orienta esta pesquisa diz respeito a quais os reflexos que a condição de trabalhador informal produz na (re)configuração da identidade trabalhador de ex-trabalhadores formais que hoje dependem economicamente da informalidade, na cidade de Porto Alegre, no sentido de reafirmá-la ou de reconfigurá-la. O interesse investigativo não repousa na identidade profissional, vinculada a uma categoria específica de trabalhadores com características e práticas próprias, como metalúrgicos ou bancários, por exemplo, mas à identidade trabalhador, mais ampla e genérica.

A vigência do paradigma produtivo fordista nos países que alcançaram a condição de bem-estar social, introduziu no mundo do trabalho a sociedade salarial e estabeleceu contornos definidos para o trabalho, baseados na perenidade e estabilidade das relações de trabalho. Embora o Estado de bem-estar social nunca tenha se efetivado no Brasil e o paradigma fordista tenha sido superado pelo paradigma da acumulação flexível, os preceitos da sociedade salarial ainda encontram ressonância nos anseios da população trabalhadora brasileira (CARDOSO, 2010).

Contudo, sempre existiu um descompasso entre o ideal perseguido pelos trabalhadores brasileiros e as condições objetivas do mercado de trabalho, que atualmente foi acentuado pela redução de postos de trabalho e pela flexibilização

das relações trabalhistas, mas que remontam à forma como a sociedade do trabalho se constituiu no país (CARDOSO, 2010).

Diante dessa realidade, a inserção na informalidade pode se dar de duas formas distintas: uma real e desejada, caracterizada por ser o caminho escolhido pelos trabalhadores que não mais desejam vivenciar a angústia da incerteza associada às flutuações do mercado de trabalho formal, sua estrutura, exigências, burocracia e restrição de autonomia; a outra, imposta, mecanismo último a que se recorre na tentativa desesperada de suprir a falta de opções que se constitui pela impossibilidade persistente de acesso ao emprego formal e estável (CARDOSO, 2010).

Nesse sentido, a vivência da informalidade oculta relações e circunstâncias opostas, caracterizadas pela dualidade alternativa escolhida\alternativa única, que podem produzir diferentes efeitos sobre a (re)configuração das identidades que, por sua vez, podem ser determinantes para a compreensão de nosso objeto investigativo. Para o desenvolvimento deste estudo, utiliza-se a pesquisa qualitativa, tendo em vista a necessidade de captar a complexidade tanto das experiências pessoais quanto das dinâmicas identitárias relacionadas à categoria trabalho.

Os ex-trabalhadores formais entrevistados foram selecionados da seguinte forma:

- a) por meio de divulgação em redes sociais foram identificadas pessoas que se enquadrassem na condição de estar ou ter estado desempregadas e que tivessem interesse em contribuir com a pesquisa;
- b) a partir disso, foram distribuídos questionários autoaplicados (APÊNDICE 1) como forma de selecionar aqueles que se enquadrassem no objetivo da pesquisa, qual seja: ex-trabalhadores formais que ora encontram-se na vivência da informalidade, para posterior entrevista; e
- c) constituindo a segunda etapa da pesquisa, os selecionados, a partir dos questionários, foram entrevistados, a fim de verificar quais os sentimentos provocados pela experiência da informalidade, se havia ou não repercussão na sua autoestima, nos seus sentimentos de dignidade e pertença, além de avaliar sua percepção quanto à integração à sociedade na qual estão inseridos e aos seus próprios grupos de relação.

Tendo em vista a necessidade de conhecer a trajetória biográfica e relacional dos dez entrevistados como forma de recolher subsídios para a investigação proposta, os instrumentos de pesquisa utilizados foram a aplicação de entrevistas narrativas seguidas de entrevistas episódicas aos trabalhadores selecionados.

A investigação proposta requeria uma técnica que permitisse aos entrevistados discorrerem livremente sobre suas trajetórias de vida, com ênfase no aspecto “trabalhador”, primeiro enquanto trabalhadores formais e, em seguida, enquanto trabalhadores em busca de emprego, com o objetivo de compreenderem os processos e os sentimentos vivenciados, bem como a repercussão dessa vivência em suas vidas, o que justifica o uso das narrativas (CLANDININ; CONNELLY, 2000). Além disso, havia a necessidade de propor questões que oportunizassem o aprofundamento de alguns pontos, viabilizando o conhecimento ampliado e o registro das opiniões dos entrevistados e permitindo que fossem captadas as emoções e reações desencadeadas pela evocação do tema, razão pela qual se optou pelo uso de entrevistas episódicas (APÊNDICE 2). Esta técnica combina narrativas e indagações, permitindo que as intervenções resgatem eventos, episódios da narrativa, explorando experiências e significados mais abstratos, direcionando a narrativa dos entrevistados para questões específicas necessárias à investigação (CLANDININ; CONNELLY, 2000).

O desenvolvimento do trabalho seguirá a seguinte organização: além desta introdução, a seção 2 apresentará os debates em torno do tema informalidade, desde sua formulação, na segunda década do século XX, bem como uma análise da informalidade no Brasil, com o intuito de situar o conceito diante da realidade brasileira. A seção 3 abrigará dois blocos teóricos distintos que se entrelaçam de forma determinante para a investigação proposta:

- a) a diferenciação entre os sentidos e significados do trabalho, no ontem e na atualidade; e
- b) a exploração do conceito de identidade.

As vivências associadas à experiência da informalidade e sua possível relação com a (re)configuração da identidade trabalhador integrarão a seção 4, na qual se expõe um breve resumo do histórico pessoal e profissional de cada um dos entrevistados. Em seguida, é colocada a análise das entrevistas realizadas para o fim deste estudo.

2 HISTÓRICO DA INFORMALIDADE E INFORMALIDADE NO BRASIL

Inicia-se esta seção demonstrando a polissemia existente em torno do conceito de informalidade e, a seguir, define-se como será abordado o tema, tendo em vista a necessidade de estabelecer contornos estabelecidos ao universo empírico. Finaliza-se breves comentários acerca da informalidade no Brasil. A partir de sua formulação, em 1972, para tentar explicar a economia do Quênia, a trajetória percorrida pelo conceito de informalidade tem sido correlata à vigência dos paradigmas de produção capitalista que imprimiram características singulares ao mundo do trabalho, as quais são observadas ao longo da história (NORONHA, 2003).

Até a década de 1970, quando vigorava nos países desenvolvidos o paradigma fordista e as premissas que orientavam as relações de trabalho eram o emprego em tempo integral, permanente e assalariado, com forte ênfase no vínculo empregatício, as primeiras investidas no sentido de definir a informalidade estavam associadas à problemática da incorporação produtiva de crescentes contingentes de trabalhadores rurais que se deslocavam para as cidades e não conseguiam encontrar uma ocupação (NORONHA, 2003). Nesse contexto, a alternativa encontrada para explicar a informalidade apostava no crescimento econômico e no desenvolvimento do capitalismo nas nações periféricas como uma solução natural à questão da falta de ocupação formal para todos (NORONHA, 2003).

A partir de contribuições de pesquisas realizadas entre as décadas de 1960 e 1970, ficou demonstrada a existência de um setor da economia que absorvia os migrantes campo-cidade, gerando fontes de renda e circulação de fluxos financeiros nas cidades, o qual foi denominado informal e considerado atrasado, ao mesmo tempo em que lhe foi atribuído um papel positivo na economia, passando a ser estudado em seu dinamismo e em sua heterogeneidade (PERES, 2015). De acordo com esse entendimento, as atividades econômicas fora das instâncias formais de regulação eram denominadas de setor informal, atribuindo à informalidade um viés estritamente econômico (PERES, 2015).

Ainda entre as décadas de 1960 e 1970, ganhava força a teoria de que a causa da informalidade residia no excesso de regulação pelo Estado. Em 1993, a OIT empreendeu esforços para elaborar uma definição consensual sobre o já

mencionado setor informal e estabelecer critérios de mensuração capazes de serem adotados por diferentes países. Optou-se por perfilhar o critério instituído em 1991: unidades econômicas informais são os empreendimentos unipessoais ou familiares e microempresas com trabalho assalariado (KREIN; PRONI, 2010¹ *apud* PERES, 2015). Essa formulação demonstra a dificuldade e a falta de precisão na elaboração desse conceito, que, além de confuso, permanecia atrelado ao paradigma de produção fordista e às condições associadas ao estado de bem-estar, pois não levava em conta as transformações ocorridas no âmbito produtivo.

Desencadeado pelas transformações mais recentes ocorridas no mundo do trabalho, pelo aprofundamento da globalização e pelo estabelecimento do paradigma da acumulação flexível, um novo cenário desenhou-se e nele ficou evidente que tanto o desemprego quanto a informalidade que dele decorre não eram uma questão conjuntural, mas estrutural no mundo do trabalho (BORGES; DRUCK, 1993). A partir de então, à informalidade foi atribuído um caráter universal, pois sua ocorrência foi reconhecida como existente tanto em países em desenvolvimento quanto em países desenvolvidos (TOKMAN, 2011² *apud* PERES, 2015). Embora um consenso ainda estivesse distante, a literatura sobre o assunto no período destacava cada vez mais a importância do *setor informal* na geração de renda para uma parte significativa da população (DEDECCA, 1990³; BARBOSA, 2011⁴; OLIVEIRA, 2005⁵ *apud* PERES, 2015), impelindo a OIT a rever sua definição.

A nova definição passou a agregar, então, todas as formas de trabalho remunerado que não estavam plenamente reguladas pela legislação social e trabalhista, assim como o trabalho não remunerado, em atividades que gerassem renda, e isso aumentou a inespecificidade do conceito (PERES, 2015). Dessa forma, uma grande diversidade de relações de trabalho foi incorporada à denominada economia informal, em uma tentativa de acomodar a nova dinâmica do mercado de

¹ KREIN, J.; PRONI, M. **Economia informal**: aspectos conceituais e teóricos. Brasília: OIT-Brasil, 2010.

² TOKMAN, V. Informalidad em América Latina: Balance y perspectivas de políticas. **Revista Internacional de Estadística y Geografía**, México, v. 2. n. 3, p. 16-31, set./dez. 2011.

³ DEDECCA, C.; BALTAR, P. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 27, n. especial, p. 65-84, set./dez. 1997.

⁴ BARBOSA, A. O conceito de Trabalho informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho. In: OLIVEIRA, R.; GOMES, D.; TARGINO, I. (Org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. p. 105-159.

⁵ OLIVEIRA, L. Condição “**Provisória-Permanente**” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua na Cidade de Salvador. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

trabalho identificada em diferentes partes do mundo (PERES, 2015). Silva (2002⁶ *apud* PERES, 2015) afirma que os debates em torno do tema compartilhavam um conjunto de pressupostos associados ao paradigma fordista que obscureciam as continuidades entre as relações de trabalho nos centros urbanos e fora deles.

A partir de 1980, com a instauração do paradigma da acumulação flexível que acompanhou o processo de globalização, além do enxugamento do Estado, da retração econômica e do crescimento do desemprego que atingiram fortemente o mundo do trabalho, a noção de informalidade ganhou um novo sentido. Ela deixou de ser categoria exclusiva de entendimento dos problemas relacionados à integração dos trabalhadores e à estrutura produtiva dos países subdesenvolvidos, e passou a ser incorporada nas análises sobre a estrutura produtiva e dos mercados de trabalho dos países centrais (PERES, 2015).

Diferentes expressões da informalidade se expandiram pelo mundo e ampliavam-se a diversidade e a heterogeneidade das atividades informais, que passaram a ser identificadas como economia informal, a partir da 90^a Conferência Internacional do Trabalho, em 2002 (PERES, 2015). Com a crise do Estado de bem-estar e do fordismo, que expulsou contingentes de trabalhadores do segmento formal, não cabia mais definir a informalidade por contraposição ao assalariamento, mas sim à iniciativa econômica que escapava à regulação social (SILVA, 1996⁷ *apud* PERES, 2015).

Em um esforço de reelaboração conceitual, Caccamali (2000) propõe que o informal seja apreendido em termos de: “[...] um espaço econômico de compra e venda de força de trabalho, mas sem vínculo com a seguridade social, decorrente das mudanças institucionais que derivam das transformações estruturais na produção e no emprego” (CACCIAMALI, 2003⁸, p. 11 *apud* PERES, 2015, p. 277). Nessa abordagem, o que importa é compreender que as atividades informais são formas dinâmicas de produção, estão interrelacionadas, se modernizam e se desenvolvem no interior da produção capitalista (PERES, 2015).

A discussão em torno da informalidade não se restringe ao debate no âmbito econômico, mas também se dá no âmbito normativo, com dificuldades associadas à

⁶ SILVA, L. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 81-109, jul./dez. 2002.

⁷ SILVA, L. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 81-109, jul./dez. 2002.

⁸ CACCIAMALI, M. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção**. 1982. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

regulação estatal caracterizada por grande variabilidade. Essa variabilidade normativa intervém nas nuances pelas quais se define o que é formal, informal, legal, ilegal, lícito e ilícito (PERES, 2015). Em um mundo cada vez mais globalizado, são frágeis os limites que separam a formalidade da informalidade. Nesses circuitos globais, interpenetra-se o formal no informal e vice-versa. E ambos possuem uma relação de mutualismo, na qual o informal é alimentado pelo formal e o formal é alimentado pelo informal (PINHEIRO-MACHADO, 2008).

Filgueiras, Druck e Amaral (2004) apontam a utilização de dois critérios para distinguir o espaço econômico-social das atividades informais:

- a) a forma de organização das atividades econômicas (capitalista ou não capitalista); e
- b) a natureza jurídica da atividade econômica (legal ou ilegal) resultando, cada um deles, em um conceito distinto de informalidade, aos quais deve ser acrescido um terceiro conceito, resultante da junção daqueles dois critérios.

De acordo com o primeiro critério, a informalidade engloba as atividades que não são tipicamente capitalistas, ou seja, que não utilizam o trabalho assalariado. Assim, podem ser identificados dois setores na economia: o setor formal, capitalista; e o setor informal, não capitalista. O que permite a compreensão do grau de difusão das relações capitalistas no conjunto do sistema produtivo, bem como a amplitude das relações de produção e distribuição não tipicamente capitalistas.

Do segundo critério resulta a informalidade sob a ótica da regulamentação ou não das atividades, dando lugar às concepções de economia registrada e economia subterrânea para designar os ocupados sob o manto da legislação ou fora dele, respectivamente. Esse conceito permite compreender a abrangência da ação do Estado no mercado de trabalho, sua capacidade de regulamentação das atividades econômicas, bem como a possibilidade de acesso dos trabalhadores aos direitos sociais e trabalhistas (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004). À terceira forma de compreender a informalidade foi atribuída a designação de 'não-fordista' e ela abriga as pessoas envolvidas com atividades não capitalistas de produção, além daquelas ocupadas em atividades capitalistas, mas não registradas.

Esse conceito só deixa de fora as atividades capitalistas regulamentadas e, por essa razão, permite analisar de forma bastante ampla o espectro de

trabalhadores que não são abrangidos pela proteção do Estado e que estão privados de direitos e sujeitos à instabilidade e à precarização.

Uma proposta mais recente para o entendimento da informalidade é apresentada por Cardoso (2014), que propõe sua compreensão como uma forma social do trabalho. A singularidade da teoria apresentada por esse autor reside no fato de o autor estabelecer uma crítica às teorias que concebem a informalidade como um setor apartado do âmbito econômico dito formal, ao afirmar justamente o contrário (CARDOSO, 2014). De acordo com o autor, a partir dos seus mecanismos de coordenação, o centro financeiro da ordem econômica capitalista exerce um “efeito gravitacional” que integra e se estende a tudo e a todos. Neste sistema, composto por mecanismos de coordenação, diferentes zonas são produzidas, de forma desigual, considerando-se a sua distância relativa do centro gravitacional (CARDOSO, 2014). Nas regiões de maior proximidade, os mecanismos de coordenação são mais densos e coesos, enquanto nas regiões mais distantes sua presença é mais rarefeita. Os espaços onde os mecanismos de coordenação são mais densos e coesos são denominados formais e, em oposição, onde tais mecanismos se apresentam mais rarefeitos são denominados informais (CARDOSO, 2014).

Nesse contexto, o centro é fortemente regulado pelos mecanismos de coordenação do núcleo, constituídos pelo mercado, pelo Estado, pela informação e pela sociabilidade. As zonas informais, portanto, seriam regiões integradas ao sistema, caracterizadas por ter a sociabilidade como principal mecanismo de coordenação de sua dinâmica mais geral, ainda que as demais também estejam presentes, porém, de forma mais rarefeita (CARDOSO, 2014). Sob essa perspectiva, o mercado está associado ao dinheiro e opera de forma igual a qualquer outra transação realizada no centro. O Estado, cuja atribuição consiste em garantir as leis e as instituições (polícia, exército e contratos firmados com diferentes mercados), na zona informal poderá estar associado à corrupção e à violência em maior ou menor intensidade. A informação se constitui pelas redes virtuais ou materiais de sustentação (CARDOSO, 2014).

O quarto mecanismo de coordenação do sistema é a sociabilidade, presente nas transações comerciais de grandes corporações, inscrita de forma velada em instituições e em leis no centro do sistema (CARDOSO, 2014). Na periferia do

sistema, a sociabilidade ocupa um lugar importante na teoria do autor, que a entende como:

[...] as inter-relações resultantes do modo de operação das linhas de força que estruturam a ordem social, linhas que organizam as expectativas recíprocas de grupos e classes sociais quanto: aos valores mais gerais de orientação da ação recíproca, ou da ação que leva o outro em conta; e aos padrões prevaletentes de justiça, ou de bem comum, ou “do que deve ser” a vida em comum; e, com ambos, as próprias ações recíprocas” (CARDOSO, 2010, p. 50, grifo do autor).

As oportunidades específicas de obtenção dos meios de vida são as múltiplas formas sociais que o trabalho adquire e, nesse recorte, o trabalho é uma potência, ou um conjunto de possibilidades, habilidades, anseios e projetos de indivíduos (e, por vezes, de coletividades) que só se realiza (ou se objetiva) nas formas sociais que assume (CARDOSO, 2014). Sendo assim, nas regiões mais periféricas, o objetivo das relações econômicas continua sendo a renda e a lógica não necessariamente está associada à obtenção de lucro, mas envolve um sistema complexo de tácitas lealdades recíprocas, nas quais a sociabilidade, lastreada na confiança, é a condição da transação comercial em foco (CARDOSO, 2014).

Isto posto, a informalidade é tratada por Cardoso (2014) como uma forma social do trabalho que se materializa em determinadas regiões (teóricas) da ordem social, onde os elementos de coordenação do sistema capitalista são mais rarefeitos. De tal modo que as relações econômicas se tecem e são coordenadas, em especial, por mecanismos inscritos na sociabilidade: “[...] a confiança, o medo, a inveja, a solidariedade, o outro estereotipado (Schutz), o outro generalizado (Mead), a responsabilidade moral por um membro vulnerável da família, etc.” (CARDOSO, 2014, p. 21).

Ainda de acordo com Cardoso (2014, p. 4), “[...] toda a gama de disposições para a ação que toma o outro como referência são linhas de força que estruturam a sociabilidade. Trata-se, portanto, de relações econômicas – porque o fim almejado ainda é a renda, mas que são, imediatamente, relações sociais”. Segundo Cardoso (2016), as pessoas são impelidas a encontrar ou criar atividades, em geral vendendo produtos ou produzindo com produtividade e rendimentos baixos, a fim de garantirem sua sobrevivência. Essa alternativa torna-se frequentemente a mais viável, quando não a única, pois tais atividades caracterizam-se pela facilidade de acesso ao setor informal, além de exigirem pouco ou nenhum investimento e/ou

qualificação. Outro atrativo se refere à possibilidade de agregar familiares à atividade, sem a necessidade de que seja estabelecida uma remuneração fixa ou que se defina um assalariamento, com inexistência de um contrato de trabalho. Outro fator que deve ser levado em consideração é a existência mínima de hierarquias com o empregador, que não raro, atua também como trabalhador (CARDOSO, 2016).

De qualquer forma, esse tipo de atividade, engloba, simultaneamente, flexibilidade e exploração, pois os trabalhadores que à ela estão vinculados, trabalham mais, ganham menos, têm as piores condições de vida e estão em posições vulneráveis no mercado de trabalho, quando comparados aos trabalhadores formais - ou protegidos de alguma forma pelo Estado ou por instituições reguladas pelo mercado de trabalho (CARDOSO, 2016). Do ponto de vista desse autor, essa é uma forma social de trabalho típica de países em que a regulação e a proteção no mercado de trabalho nunca garantiram trabalho suficiente para todos, impondo a sucessivas gerações criar seus próprios mecanismos de obtenção de meios de vida.

É o caso do Brasil, cujas instituições nunca proporcionaram às massas trabalhadoras o acesso ao mercado de trabalho formal, de forma universal e, como resultado, a informalidade sempre existiu no Brasil. Desde a época da formação de um mercado de trabalho livre no país, uma parcela considerável da população, sobretudo ex-escravos, jamais conseguiu se incorporar ao mercado de trabalho formal e esse contingente se viu obrigado a usar de sua criatividade com o intuito de gerar renda e garantir a subsistência em ocupações esporádicas e alternativas ao mercado formal de trabalho, inacessível à maioria da população.

Do ponto de vista daqueles que buscam oportunidades, há pessoas que criam suas próprias condições de inserção social. Contudo, há os que escolhem seu próprio caminho, de forma criativa e voluntária, assim como há os que compulsoriamente foram levados a essa situação, como resultado do atrito entre o que é oferecido pela estrutura econômica e social e as suas aspirações e habilidades. Esse é o elemento central que determina as oportunidades de vida no Brasil e na América Latina (CARDOSO, 2016).

Finalizando esta revisão em torno do conceito de informalidade, Noronha (2003) fornece uma quadro teórico sintético construído a partir de seis tipos de explicações a respeito do fenômeno da “informalidade”, as quais, ao enfatizarem as

origens dos contratos atípicos, mostram-se mais adequadas a determinadas épocas, regiões ou segmentos do mercado e que resumem o debate teórico ora demonstrado:

- a) velha informalidade – consiste em uma abordagem típica no Brasil dos anos de 1960 e 1970, e classificava o trabalho informal como subemprego. É uma abordagem exclusivamente do ponto de vista econômico que visa explicar a informalidade de uma economia em transição, que gera desempregados, subempregados ou empregados formais nos centros urbanos industrializados, muitos deles recém migrados de áreas rurais, que constou da agenda de 1960 e 1970;
- b) informalidade neoclássica – é a abordagem que considera o trabalho informal como resultado natural da busca por maximização dos lucros por empresas em países com extensivo código de trabalho e elevado custo indireto da folha salarial, sobretudo em momentos de aumento da competição internacional por mercados. É vista como positiva por ser o meio pelo qual o mercado corrige os efeitos negativos de normas rígidas do mercado de trabalho. Essa concepção surge no Brasil, de forma tardia, no final da década de 1980;
- c) nova informalidade ou informalidade pós-fordista – compreende a informalidade como resultante de mudanças nos processos de trabalho, nas novas concepções gerenciais e organizacionais e novos tipos de trabalho, os quais não exigem tempo nem locais fixos. É uma abordagem relativamente neutra, pois embora cause problemas sociais no curto prazo, representa uma mudança estrutural nos padrões de trabalho. Vigorou no Brasil, no início dos anos 1990, mas é mais apropriada para explicar a “informalidade” da classe média do que dos menos abastados – ambulantes e similares;
- d) informalidade pobre - inclui diversos tipos de trabalhos “pobres”. A abordagem deriva das antigas tentativas da OIT de criar conceitos capazes de incluir as “informalidades” dos vários países, e das tentativas de se adaptar a tese da “velha informalidade” aos novos trabalhos precários.
- e) informalidade jurídica – abordagem que entende o excesso de liberdade do mercado na regulação das relações de trabalho como destruidor das

intervenções legais necessárias à garantia de condições mínimas para a sedimentação de contratos de trabalho socialmente justos; e

- f) informalidade da globalização – essa abordagem afirma que a realidade não mudou, que a natureza e as características do trabalho permanecem essencialmente as mesmas; e que as mudanças ocorreram devido ao aumento da competição internacional, estimulada pelo credo neoliberal, que levou ao crescimento do desemprego e de trabalhos precários e instáveis.

Dentre esses conceitos constantes no quadro sintético apresentado por Noronha (2003), elege-se a “informalidade pobre” para fins desta pesquisa, por considerá-la abrangente e por avaliar que melhor caracteriza o universo empírico: os trabalhadores informais que exercem suas atividades na cidade de Porto Alegre, atuando como vendedores, seja de produtos por eles produzidos (agrícolas ou artesanais) seja revendendo produtos industrializados ou prestando algum tipo de serviço. Mediante acordo verbal e, portanto, destituídos de salário e de atividade regulamentada, com o objetivo de compreender de que forma essa circunstância contribui para a reafirmação ou para a reconfiguração de suas identidades enquanto trabalhadores.

3 TRABALHO: SIGNIFICADOS E SENTIDOS E IDENTIDADE

Este capítulo pretende fornecer elementos teóricos necessários à compreensão da dimensão simbólica deste estudo, quais sejam seus significados e sentidos, permitir a compreensão do que seja identidade - enquanto um processo constante de construção e reconstrução e não como algo dado e definitivo, e demonstrar a importância que os significados e os sentidos assumem nesse processo.

Nos países de bem-estar social, o paradigma de produção fordista introduziu no mundo do trabalho a “sociedade salarial” e estabeleceu contornos bem definidos para o significado do trabalho, baseados em perenidade e estabilidade, estruturando-se a partir da produção em massa para um consumo de massa (BORGES; DRUCK, 1993). Por sua vez, o paradigma da acumulação flexível, ocorrida na década de 1980, substituiu a produção em massa pela produção por demanda, e isso implicou em redução de postos de trabalho e flexibilização das relações trabalhistas, contribuindo para o aumento da informalidade desde há muito existente no mundo.

Nesse novo cenário, evidenciou-se que o desemprego e a informalidade que dele decorre não era uma questão conjuntural, mas estrutural no mundo do trabalho (BORGES; DRUCK, 1993). O desemprego crescente, portanto, faz parte do novo mundo do trabalho e desafia o contingente da população que a ele se vê submetido a desenvolver novas formas para manutenção da sua subsistência.

Compatilha-se com Tolfo e Piccinini (2007) a idéia de que diante dessas transformações históricas ocorridas no mundo do trabalho, compreender quais são os significados e os sentidos que ele assume, para a sociedade e para as pessoas, respectivamente, é essencial diante do fato de que o trabalho se constitui em um momento não só de construção, mas também de realização humana. De forma bastante específica, compreender o sentido que o trabalho assume, para os trabalhadores que se encontram na contingência da informalidade, é fundamental para a proposta desta pesquisa, ao contribuir para que se compreenda como e por que as identidades são postas em questão.

Oliveira (2004⁹ *apud* TOLFO; PICCININI, 2007) afirma que devido a sua natureza ampla e complexa, influenciada pela cultura e momento histórico, o conceito de trabalho pode se modificar, o que torna necessário resgatar de forma breve a evolução desse conceito. Nas sociedades antigas, o trabalho era concebido como tortura, *tripalium*, no qual não era valorizada nem a tarefa nem o indivíduo.

Para Marx, o trabalho está associado às transformações da natureza com o objetivo de atender as necessidades humanas, em uma relação dialética entre homens e natureza. Pressupõe-se. Da mesma forma, a relação com outros homens, em esforço coletivo, do qual todos teriam que participar (TOLFO; PICCININI, 2007). Do ponto de vista da psicologia social, Ribas (2003¹⁰ *apud* COUTINHO, 2009) afirma a existência de três atribuições distintas ao sentido do trabalho, a cada uma das quais o autor atribui um pólo:

- a) pólo negativo: associa o trabalho a *tripalium*, que remete à idéia de castigo, coerção, esforço e penalidades;
- b) pólo central: compreende o trabalho sob uma perspectiva instrumental, na medida em que proporciona a sobrevivência e implica dedicar-se a alcançar esse fim; e
- c) pólo positivo: associado às possibilidades de satisfação e auto-realização, missão, valor.

Ribas (2003) propõe ainda que o trabalho é uma atividade humana social, complexa e dinâmica, exercida de forma individual ou coletiva. Não se reduzindo às ações instintivas resultantes das funções biológicas direcionadas à sobrevivência, mas se distinguindo de qualquer outro tipo de prática animal por sua natureza reflexiva, consciente, propositiva, estratégica, instrumental e moral (RIBAS, 2003¹¹ *apud* TOLFO; PICCININI, 2007).

Tolfo e Piccinini (2007) afirmam que no século XX, até a década de 1970, enquanto vigorava o taylorismo\fordismo, a centralidade da categoria trabalho não

⁹ OLIVEIRA, S., PICCININI, V.; FONTOURA, D.; SCHWEIG, C. Buscando o sentido do trabalho. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO. 28., 2004, Porto Alegre. **Anais ...** Porto Alegre: ANPAD, 2004. [CD-ROM].

¹⁰ BLANCH RIBAS, J. Trabajar em la modernidad industrial. *In*: BLANCH RIBAS, J.; TOMÁS, M.; DURÁN, C.; ARTILES, A. (Eds.). **Teoría de las relaciones laborales**. Fundamentos. Barcelona: Editorial UOC, 2003. p. 14-47.

¹¹ Idem.

era posta em questão. Contudo, com o esgotamento desse modelo de produção, que foi substituído pelo modelo de acumulação flexível, com inserção da microeletrônica e da informatização dos processos produtivos, o trabalho passou a ser questionado enquanto categoria central e organizadora do social. No âmbito da Psicologia, verifica-se duas vertentes epistemológicas que têm dado suporte aos estudos sobre o sentido e o significado do trabalho: a empírico-descritiva ou fenomenológica e a existencialista ou em transição (TOLFO; PICCININI, 2007). A primeira constitui-se em uma visão sistêmica que considera o fenômeno como multidimensional, constituído por três variáveis:

- a) centralidade: está relacionada com a identificação pessoal com o trabalho e é definida como o grau de importância que o trabalho tem na vida de um indivíduo em um determinado tempo. É constituída por dois componentes: o valor atribuído ao trabalho e sua importância com relação a outros papéis e/ou funções na vida;
- b) normas sociais: compreendem as crenças e expectativas sobre direitos e deveres relacionados ao trabalho. Estão associados a dois tipos de normas: relativas à obrigação, responsabilidade pessoal internalizada e compromisso organizacional e as relativas aos direitos do trabalhador; e
- c) valores associados a resultados: são as razões para trabalhar, como status e prestígio, satisfação, contatos sociais.

Em suma, para essa vertente epistemológica, o significado do trabalho inclui valores, crenças, atitudes e expectativas, que as pessoas da sociedade contemporânea têm desenvolvido em relação ao trabalho. Os significados são um componente da realidade social, com implicações tanto nas ações individuais como nos processos grupais na sociedade (TOLFO; PICCININI, 2007).

A segunda vertente, existencialista, apresenta uma visão dialética, considerando que os componentes do significado do trabalho estão em permanente processo de construção. Os significados do trabalho e seus componentes estão associados a vivências dos participantes e os estudos combinam métodos quantitativos e qualitativos. Para embasar a análise da questão identitária, faz-se uso das premissas gerais da vertente empírico-descritiva ou fenomenológica, que parte de elementos objetivamente verificáveis, como suporte teórico para

compreender o sentido atribuído ao trabalho pelos entrevistados que contribuíram para esta pesquisa.

Toledo (2009¹² *apud* TOLFO; PICCININI, 2007), afirma que o trabalho é uma forma de interação entre homens e com objetos materiais e simbólicos, e todo trabalho implica construção e intercâmbio de significados. esse sentido, o trabalho tanto pode ser fonte de prazer quanto de sofrimento (CIAMBALISTA, 2007¹³ *apud* TOLFO; PICCININI, 2007), podendo gerar sentimentos de pertença, dignidade e respeito ou de exclusão, dependendo da forma como seja dimensionado. Ao ser dimensionado como categoria central, essencial à integração social, sua perda e/ou ausência impõe um questionamento identitário que pode ser doloroso àqueles que o vivenciam. O sentimento de pertença e de reconhecimento age no sentido contrário, conferindo estabilidade identitária e convertendo-se em fonte de satisfação.

Há unanimidade no entendimento de que o sentido da ação do sujeito não é pautado somente por fatores intrínsecos, sendo construído socialmente, no âmbito da cultura. Dessa forma, os significados são compreendidos como construções elaboradas coletivamente, em determinado contexto histórico, econômico e social concreto. Já os sentidos consistem em uma produção pessoal dependente da apreensão individual dos significados coletivos, nas experiências cotidianas, sendo importante ressaltar as transformações por que passam os sentidos e os significados, uma vez que são construídos em uma relação dialética com a realidade (TOLFO; PICCININI, 2007).

No capitalismo, o significado do trabalho se relaciona a emprego e a relações contratuais assalariadas e, enquanto o trabalho remete à transformação da natureza, o emprego está associado, com maior frequência, a relações contratuais, ao vínculo formal com a organização, às obrigações e ao salário (BORGES; YAMAMOTO, 2004¹⁴ *apud* TOLFO; PICCININI, 2007). No âmbito da Sociologia, a proposição, quase axiomática, de que o trabalho constitui a principal referência que determina não apenas direitos e deveres, diretamente inscritos nas relações de trabalho, mas principalmente padrões de identidade e sociabilidade, interesses e

¹² DE LA GARZA TOLEDO, E. (en prensa). Hacia un concepto ampliado de trabajo. *IN*: DE LA GARZA TOLEDO, E. (Ed.). **Trabajo, calificación e identidad**. Disponível em: <http://docencia.izt.uam.mx/egt/publicaciones/capituloslibros/Haciaun-conceptoampliado.pdf>

¹³ CIAMBALISTA, S. Sufrimiento: los significados adversos de las condiciones de trabajo em el sistema de producción flexible. *Universitas Psychologica*, [s.l.], n. 6, v. 1, p. 69-78, 2007.

¹⁴ BORGES, L.; YAMAMOTO, O. O mundo do trabalho. *In*: ZANELLI, J.; BORGES-ANDRADE, J.; BASTOS, A. (Eds.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre. Artmed, 2004. p. 25-62.

comportamento político, modelos de família e estilos de vida, vem sendo amplamente revista (Sorj, 2000).

Contra a ideia do fim do trabalho, a autora argumenta que o trabalho, na pluralidade de formas que tem assumido, continua a ser um dos mais importantes determinantes das condições de vida das pessoas. Isso, porque o sustento da maioria dos indivíduos continua a depender da venda do seu tempo e de suas habilidades de trabalho no mercado (SORJ, 2000). O aumento da flexibilidade e da precariedade do emprego, em lugar de diminuir o peso do trabalho na vida das pessoas, fazem ressaltar a sua importância na vida dos sujeitos, conforme assevera Schnapper (1998).

Para além das questões que envolvem a flexibilidade e a precariedade que caracterizam os empregos atuais, ninguém senão aqueles que se encontram privados do emprego, pode atestar ou não sua importância e compreender a relevância que cada um atribui a essa dimensão da vida social é compreender também as implicações identitárias que resultam da sua antítese, ou seja, da vivência do desemprego.

Schnapper (1998, p. 53) afirma, “em linguagem não sociológica”, que “estatuto social” é o que dá a um indivíduo o sentimento da sua própria dignidade e leva os outros a respeitar esta dignidade. Os membros de uma mesma sociedade concordam grosso modo sobre o que dá mais ou menos dignidade ao indivíduo. É o que foi herdado da sociedade do após Segunda Guerra Mundial, na qual o contrato de trabalho com duração indeterminada era ao mesmo tempo majoritário e concedia o estatuto mais elevado. Os indivíduos que dele estão privados têm um estatuto tanto mais baixo quanto mais afastados dele estão (SCHNAPPER, 1998).

A partir dessa afirmativa, infere-se que existe uma espécie de concordância tácita entre os membros de uma mesma sociedade a respeito do que dá mais ou menos dignidade ao indivíduo. Schnapper (1998) constata, a partir de análises sociológicas, que o estatuto social está ligado à relação com o emprego assim como é questionado quando de sua ausência. Isso diz respeito ao significado do trabalho, cuja construção é coletiva e possibilita categorizar as pessoas a partir de parâmetros tacitamente estabelecidos que remetem à ideia de dentro\fora, ou seja, empregado\desempregado e permite conferir, a partir dessa categorização, o status social de cada um.

Esse contexto, onde o significado do trabalho vinculado ao emprego ainda vigora como fonte de status social, assim como os sentidos por ele produzidos nas individualidades, bem como sua relação com os processos indenitários, ilustra a seguinte compreensão proposta por Dubar (1997, cap. 5):

[...] a dimensão profissional das identidades adquire uma importância particular: porque se tornou um elemento raro, o emprego condiciona a construção das identidades sociais; porque conhece mutações impressionantes, o trabalho obriga a transformações identitárias delicadas; porque acompanha cada vez mais frequentemente as evoluções do trabalho e do emprego, a formação intervém nesses domínios identitários muito para além do período escolar.

Através dessa relação que Dubar estabelece entre o emprego e a construção das identidades sociais de forma condicionada pelo primeiro, introduz-se a discussão em torno do tema identidade, que será abordado sempre sob a perspectiva interacionista. A princípio, serão apresentadas breves noções sobre o tema, propostas por diferentes autores que se abrigam sob essa perspectiva teórica para, em seguida, serão abordados, de forma mais detalhada, os pressupostos teóricos propostos por Claude Dubar, que nortearão a análise dos dados que irão compor o capítulo 4.

De modo geral, de acordo com a perspectiva interacionista, a identidade é percebida como um produto da socialização à medida em que o indivíduo se envolve em diferentes esferas sociais, as quais estão todas interligadas, como a família e o mercado de trabalho, por exemplo. Sendo assim, identidade de acordo com Coutinho (2007), é um conceito adotado frequentemente para compreender a inserção do sujeito no mundo bem como sua relação com o outro.

Para Goffmann (1988), no entanto, as sociedades estabelecem naturalmente meios pelos quais as pessoas são categorizadas. Com base nas informações sociais, criou-se uma série de expectativas normativas relacionadas ao indivíduo e que estão ligadas ao papel que o mesmo desempenha ou vai desempenhar, criando, assim, categorias de padrões e comportamentos atribuídos e assumidos. Tais categorias oferecem aos demais a identidade social das pessoas.

Moscovici (1972, p. 32), por sua vez, afirma que:

[...] a socialização é, enfim, um processo de identificação, de construção de identidade, ou seja, de pertença e de relação. Sendo assim, socializar-se é assumir o sentimento de pertença a grupos (de pertença ou de referência),

ou seja, assumir pessoalmente as atitudes do grupo que, sem nos apercebermos, guiam as nossas condutas.”

Em consonância com a perspectiva teórica a qual se filia, Dubar afirma que a identidade é um produto de sucessivas socializações. Por isso, ao mesmo tempo em que não se constrói de uma vez por todas nunca se constrói sozinha: ela depende tanto dos julgamentos dos outros como das próprias orientações e autodefinições das pessoas. Essa dualidade é intrínseca à identidade e se materializa na forma proposta pelo autor para compreendê-la, qual seja: identidade para si e identidade para o outro.

Laing (1971¹⁵ *apud* DUBAR, 1997) considera que identidade para si e identidade para o outro são inseparáveis e estão ligadas de uma forma problemática. Inseparáveis porque a identidade para si é correlativa do outro e do seu reconhecimento, pois só se sabe quem soe é a partir do olhar do outro. Problemática, porque a experiência do outro nunca é diretamente vivida por nós, de forma que se torna apenas presumida.

Para Dubar (1997, cap. 5),

[...] a identidade não é mais do que o resultado simultaneamente estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, em conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições.

Dessa forma, o autor expressa a “tentativa de introduzir a dimensão subjetiva, vivida, psíquica, no âmago da análise sociológica” (DUBAR, 1997, cap. 5). Sendo assim, o autor (1997) propõe que compreender como se reproduzem e se transformam as identidades sociais implica esclarecer os processos de socialização através dos quais elas se constroem e se reconstróem ao longo da vida. É através da compreensão e da análise dos mundos construídos mentalmente pelos indivíduos a partir de sua experiência social que o sociólogo busca identificar os modelos sociais de identificação, aproximando-se, assim, das identidades típicas pertinentes a um campo social específico.

Além disso, para Dubar (2005), a identidade social é fruto de uma articulação entre duas transações: “uma transação interna ao indivíduo e uma externa, estabelecida entre o indivíduo e as instituições com as quais interage” (Dubar, 1997,

¹⁵ LAING, R. (1961), **Self and the others**. Paris: Gallimard, 1971.

cap. 5). Cada uma dessas transações, no entanto, está relacionada a dois processos distintos, o biográfico e o relacional:

O processo biográfico é a construção no tempo, pelos indivíduos, de identidades sociais e profissionais a partir das categorias oferecidas pelas instituições sucessivas (família, escola, mercado de trabalho, empresa [...]) o processo relacional concerne ao reconhecimento, em um momento dado e no interior de um espaço determinado de legitimação, das identidades associadas aos saberes, competências e imagens de si propostos e expressos pelos indivíduos nos sistemas de ação (DUBAR, 2005, p. 156).

O processo biográfico se refere a uma construção no tempo de uma identidade para si, que pode ser apreendido pelo conteúdo e pelo modo como o sujeito relata sua trajetória de vida, pela forma como relaciona presente, passado e futuro, como percorre o caminho da identidade herdada à identidade visada (Dubar, 1997). A esse processo pertencem os atos de pertença, que são aqueles que exprimem que tipo de homem (ou de mulher) se quer ser, a forma como se deseja ser identificado, isto é, a identidade para si.

Um indivíduo, desde a infância, herda uma identidade sexual, mas também uma identidade étnica e uma identidade de classe social que são as dos seus pais. Dessa forma, a primeira identidade vivida e experimentada pessoalmente pela criança constrói-se sempre na relação com a mãe ou com quem a substitui. No entanto, é nas e pelas categorizações dos outros e, nomeadamente, as dos parceiros de escola que a criança experimenta a sua primeira identidade social. Esta não é escolhida, mas conferida pelas instituições e pelos que rodeiam a criança, tanto na base das pertenças étnicas, políticas, religiosas, profissionais e culturais dos seus pais, como na base das suas performances escolares (DUBAR, 1997).

Em suma, o processo identitário biográfico pode ser definido como uma construção no tempo pelos indivíduos de identidades sociais a partir das categorias oferecidas pelas instituições sucessivas e consideradas, simultaneamente, como acessíveis e valorizantes (DUBAR, 1997). O processo relacional é o caminho da atribuição de uma identidade à sua incorporação através do reconhecimento da rotulagem proveniente das instituições, do modo como o sujeito é identificado.

A esse processo correspondem os atos de atribuição que visam definir o tipo de homem ou mulher que se é ou dizem que se é, ou seja, a identidade para o outro. É efetivamente pela e na atividade com os outros, implicando um sentido, um objetivo e/ou uma justificação, uma necessidade, um fim, ou uma causa, pondo bem

em destaque a dualidade social, que um indivíduo é identificado e é conduzido a aceitar ou recusar as identificações que recebe dos outros ou das instituições (DUBAR, 1997).

Goffman (1988) nomeou esse processo de rotulagem, uma vez que concerne à atribuição da identidade pelas instituições e pelos agentes que estão em interação com os indivíduos. É na e pela relação com os outros que se desenvolve o processo de rotulagem. Dessa forma, o processo relacional se preocupa com o aceite da identidade pelos próprios indivíduos. É a interiorização ativa da identidade, processo que só pode ser analisado no interior das trajetórias sociais através, sobretudo, da aceitação subjetiva propiciada pelo grupo de referência das pessoas mais próximas ao sujeito, que estão ligadas de forma afetiva e não institucional (DUBAR, 1997).

Para realizar a construção biográfica de uma identidade profissional e, portanto social, os indivíduos devem entrar em relações de trabalho. Contrariamente à que deriva da perspectiva biográfica, esta definição situa a identidade na “[...] experiência relacional e social do poder [...]” (SANSALIEU, 1985¹⁶ *apud* DUBAR, 1997, p. 342). As relações de trabalho se configuram, dessa forma, como o espaço onde se dará o confronto dos desejos de reconhecimento, com o reconhecimento efetivo, ou não, em um contexto de acesso desigual, movediço e complexo. Ainda de acordo com Sansalieu (1985¹⁷ *apud* DUBAR, 1997), a identidade, mais do que um processo biográfico de construção do eu, é um processo relacional de investimento do eu. Um investimento essencial em relações duráveis que põem em causa o reconhecimento recíproco dos parceiros em espaços prioritários.

Espaços de identificação prioritários se inserem no processo relacional e são lugares nos quais é reconhecido “o estatuto principal” no sentido de Goffman (1988), no seio dos quais os indivíduos se consideram como suficientemente reconhecidos e valorizados. Além disso, as categorias utilizadas devem ser legítimas para o próprio indivíduo e para o grupo a partir do qual define a sua identidade para si. Esse grupo de referência pode ser diferente do grupo ao qual pertence objetivamente. É, contudo, o único que tem importância subjetivamente para o indivíduo. Sem esta legitimidade subjetiva, não se pode falar em identidade para si (DUBAR, 1997).

¹⁶ SANSALIEU, R. (1977), *L'identité au travail*. 2. ed. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1985.

¹⁷ Idem.

Dois conceitos descritos por Goffmann (1988, p. 57), “identidade social real” e “identidade social virtual”, coincidem com os processos identitários biográfico e relacional, respectivamente, propostos por Dubar e já demonstrados:

- a) a interiorização ativa ou a incorporação da identidade pelos próprios indivíduos, dentro das trajetórias sociais pelas quais e nas quais os indivíduos constroem identidades para si, que não são mais que “a história que contam a si daquilo que são” (LAING, 1971, p.114), Goffmann chama de identidades sociais reais; e
- b) a atribuição da identidade pelas instituições e pelos agentes diretamente em intersecção com o indivíduo: processo que se impõe coletivamente e leva a uma forma variável de etiquetagem, só pode ser analisado dentro dos sistemas de ação nos quais o indivíduo está implicado e resulta de relações de força, produzindo o que Goffmann (1988) chama de identidades sociais virtuais dos indivíduos.

Faz-se a construção das identidades, já que, na articulação entre os sistemas de ação que propõem identidades virtuais e as trajetórias vividas no interior, se forjam as identidades reais a que aderem os indivíduos. Esses dois processos não coincidem obrigatoriamente e, quando os seus resultados diferem, há desacordo entre a identidade social virtual emprestada a uma pessoa e a identidade social real que ela se atribui a si própria (GOFFMANN, 1988).

Nesse contexto, estratégias identitárias são as ações, procedimentos, iniciativas e comportamentos, realizados com o intuito de assegurar a identidade visada (DUBAR, 1997) e se apoiam em duas ideias centrais: primeira, o indivíduo é capaz de agir a partir de, e sobre, a definição de si próprio, com o intuito de afirmá-la; segunda, a identidade é um conceito dinâmico e dependente de negociações de significados. As estratégias identitárias são destinadas a reduzir esse possível desvio entre as duas identidades e podem assumir duas formas:

- a) transações externas: são próprias ao processo identitário relacional e ocorrem entre o indivíduo e os outros significativos que visam acomodar a identidade para si à identidade para o outro, constituindo-se em uma transação objetiva; e

b) transações internas: são próprias ao processo identitário biográfico e surgem como uma necessidade de salvaguardar uma parte das suas identificações anteriores (identidades herdadas) e o desejo de construir para si novas identidades no futuro (identidades visadas) procurando assimilar a identidade para o outro à identidade para si e se constitui em uma transação subjetiva.

Para Dubar (1997), a articulação entre essas duas transações é a chave do processo de construção das identidades sociais, pois a transação subjetiva depende de relações com o outro que, por sua vez, são constitutivas da transação objetiva. Embora os processos de produção da identidade sejam heterogêneos, utilizam um mecanismo em comum: o recurso a esquemas de tipificação (Berger & Luckmann, 1966) que implicam na existência de tipos identitários, isto é, “[...] de um número limitado de modelos socialmente significativos para realizar combinações coerentes de identificações fragmentárias” (ERIKSON, 1972¹⁸, *apud* DUBAR, 1997, p. 53).

Categorias que servem para identificar os outros e a si mesmo, são variáveis de acordo com os espaços sociais onde se desenvolvem as trajetórias e não são as mesmas em todos os campos (por exemplo, no campo religioso aplicam-se as categorias praticante\não-praticante, no político, as categorias de esquerda\de direita, no campo do trabalho, categorias como ativo\inativo, assalariado\não-assalariado). Embora ocorra a inserção do indivíduo em múltiplos campos, não é possível estabelecer correspondências entre as categorias que são próprias aos referidos campos.

No processo de identificação do outro existem categorias mais sintéticas – as categorias sociais – que servem para englobar homologias de posições em sistemas no interior dos quais passa a quase totalidade dos indivíduos de uma mesma geração (ERIKSON, 1972¹⁹, *apud* DUBAR, 1997, p.26). Essas categorizações legítimas influenciam necessariamente o processo de construção das identidades para si, mas não as determinam mecanicamente nem as fixam de uma vez por todas. Os indivíduos de cada geração devem reconstruir suas identidades sociais reais a partir:

¹⁸ ERIKSON, E. (1968). **Adolescence et crise**. La quête de l'identité, Paris, Flammarion, trad. 1972.

¹⁹ Idem.

- a) das identidades sociais herdadas da geração precedente - “[...] nossa primeira identidade social é sempre conferida [...]” (LAING, 1971²⁰, p. 116 *apud* DUBAR, 1997, cap. 5);
- b) das identidades virtuais (escolares) adquiridas no decorrer da socialização primária; e
- c) das identidades possíveis (profissionais) acessíveis durante a socialização secundária.

Nada é mais importante para a análise sociológica do que localizar os movimentos que afetam os modelos sociais de identificação, os tipos identitários pertinentes, uma vez que as próprias categorias de identificação social evoluem no tempo. (DUBAR, 1997). Os tipos identitários pertinentes devem, também e sobretudo, ser apreendidos a partir das identificações reais dos indivíduos entre eles e para eles. Os processos de identificação futura devem ser lidos a partir da forma como os indivíduos utilizam, pervertem, aceitam ou recusam as categorias oficiais já que elas implicam reorganizações permanentes tanto dos domínios como das categorias identitárias (DUBAR, 1997). É por isso que as tipologias dos sociólogos devem tentar colar-se às tipificações recíprocas dos próprios indivíduos que são produzidas nas negociações complexas com as instituições pertinentes e os seus agentes significativos (DUBAR, 1997)

Se o processo biográfico pode ser definido como uma construção no tempo pelos indivíduos de identidades sociais e profissionais a partir das categorias oferecidas pelas instituições sucessivas (família, escola, mercado de trabalho, empresa...) e consideradas, simultaneamente, como acessíveis e valorizantes, o processo relacional diz respeito ao reconhecimento, num dado momento e no seio de um espaço determinado de legitimação, das identidades associadas aos saberes, competências e imagens de si propostas e expressas pelos indivíduos nos sistemas de ação (DUBAR, 1997). As formas sociais desta articulação constituem, simultaneamente, a matriz das categorias que estruturam o espaço das posições sociais (alto\baixo, mas também dentro\fora) e a temporalidade das trajetórias sociais (estabilidade\mobilidade, mas também continuidade\ruptura).

²⁰ LAING, R. (1961). **Self and the others**, Paris: Gallimard, 1971.

A identidade social não é transmitida por uma geração à seguinte, ela é construída por cada geração com base em categorias e posições herdadas da geração precedente, mas também por meio das estratégias identitárias desenroladas nas instituições que os indivíduos atravessam e para cuja transformação real eles contribuem. Esta construção identitária adquire uma importância particular no campo do trabalho e do emprego, constituindo-se em fator crucial para o reconhecimento da identidade social e para a atribuição do estatuto social (DUBAR, 1997).

Dubar (1997) afirma que para chegar às formas identitárias é preciso iniciar a aproximação através das representações ativas, isto é, dos indicadores que estruturam o discurso dos indivíduos sobre suas práticas sociais especializadas, sobre a aquisição de um saber legítimo que possibilita a afirmação de uma identidade reconhecida. Segundo ele, as representações ativas podem ser apreendidas através das seguintes dimensões:

- a) da relação do indivíduo com aquilo que está diretamente implicado em sua vida cotidiana, por exemplo: os sistemas e instituições, com aquilo que aciona no indivíduo sua identidade virtual reivindicada e sua identidade realmente reconhecida;
- b) da relação com o futuro, o que resulta nas orientações estratégicas tanto para a ação como para as oportunidades e na interiorização da trajetória vivida; e
- c) da relação com a linguagem, ou seja, com as categorias utilizadas para descrever tanto uma situação vivida, como obrigações e projetos pessoais.

Contudo, nenhuma instância simbólica reguladora é capaz de assegurar a continuidade necessária entre as identidades reconhecidas ontem e as de amanhã, assim como não se faz a identidade das pessoas sem elas e, contudo, não se pode dispensar os outros para forjar sua própria identidade. Os conceitos explorados neste capítulo, bem como a relação evidenciada entre eles, forneceram os elementos teóricos necessários à análise dos mundos expressos e vividos bem como dos sentimentos demonstrados pelo grupo de ex-trabalhadores formais que foi entrevistado e que constitui objeto do próximo capítulo.

4 VIVÊNCIA DA INFORMALIDADE E (RE)CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

Esta pesquisa foi realizada com dez trabalhadores informais, sendo seis homens e quatro mulheres, que se caracterizam por ter mantido vínculos formais de emprego, cuja duração variou entre 11 meses e 22 anos, com escolaridade que varia do ensino fundamental ao ensino superior, provenientes de diferentes bairros da cidade de Porto Alegre, com idades compreendidas entre 25 e 68 anos, sendo portanto, um grupo bastante heterogêneo.

A heterogeneidade que caracteriza o grupo de ex-trabalhadores formais que foi entrevistado pode ser constatada a partir do breve relato descrito a seguir. De forma a resguardar a identificação de cada um, foram atribuídos códigos identificatórios para cada entrevistado, que variam de E1 a E10, que correspondem à ordem em que ocorreram as entrevistas. As condições de união estável, companheiro(a) e casado foram agrupadas em uma única categoria denominada “casado”, tendo em vista que o objetivo da análise, nesse sentido, visava compreender se ao entrevistado compete a responsabilidade total pela renda da família ou se a mesma é compartilhada.

E1, homem, 61 anos, grau de escolarização secundário, casado, trabalhou por 22 anos no extinto Banco Meridional e desligou-se da empresa por ocasião de um plano de demissão voluntária. Mora no bairro Restinga e demonstra ser o mais ressentido de todos, o que mais parece ter sido afetado pela necessidade de “fazer de tudo” para obter algum ganho financeiro. Em comparação com o vínculo formal perdido, exerce as atividades mais precárias entre os entrevistados e enfrenta dificuldades de inserção relacionadas à idade e à falta de qualificação. Atualmente faz eventuais pinturas, faxinas e pequenos consertos domésticos.

E2, homem, 40 anos, solteiro, por 13 anos foi funcionário de uma empresa prestadora de serviços exclusivos à HP. Foi desligado devido à redução de postos de trabalho, reside no bairro Cristal e é o único entrevistado com curso superior. A informalidade para ele não tem o mesmo peso que para os demais, pois resume-se à prestação de serviços na própria área de atuação. A chegada próxima do bebê (não vive com a futura mãe, mora sozinho) parece preocupá-lo um pouco, mas não a ponto de fazê-lo buscar atividades diferentes da sua formação – pelo menos por enquanto. Presta serviços esporádicos na área de informática.

E3, homem, 25 anos, grau de escolarização secundário, solteiro. O máximo que trabalhou com carteira assinada foram três meses e possui um histórico de empregos precários como manobrista em estacionamentos regulamentados. É morador do bairro Amapá e é o mais novo entre todos os entrevistados. Se contradiz a todo momento: quer trabalho formal para juntar dinheiro para investir em formação na área da saúde, mas afirma não querer se sujeitar a normas e horários. Tem como expectativa futura obter “sucesso” (aparentemente, de forma mágica). Tem dificuldades de inserção devido à falta de experiência e de qualificação. Também apresenta dificuldades de escrita e de expressar-se verbalmente. A avó – com quem mora - tem aposentadoria por idade, e “entende que está difícil” e não o cobra por nada em relação a trabalho. Tem trabalhado como garçom, segurança privado e DJ.

E4, homem, 36 anos, grau de escolarização secundário, casado. Trabalhou por seis anos em uma empresa de móveis como montador e mora no bairro Intercap. A esposa tem emprego fixo como caixa de um pequeno mercado e ele não parece afetado por ela estar “segurando as pontas” (palavras dele). Demonstrou indiferença e um conformismo desesperador. Tem 3 filhos crianças dependentes economicamente. Eventualmente lava carros e monta móveis de forma independente.

E5, homem, 68 anos, casado, por 13 anos foi agente de viagens e reside em Belém Novo. Recebe aposentadoria por invalidez (síndrome do pânico) e relatou bastante sofrimento e auto-depreciação enquanto estava sem fazer nada. Refere-se à atividade atualmente desempenhada como “que remédio?”, mas reconhece haver “coisa pior”. A esposa “faz seu próprio dinheiro” vendendo roupas. É cuidador de um idoso com remuneração fixa, porém, sem contrato formal acordado.

E6, homem, 32 anos, grau de escolaridade fundamental, trabalhou como garçom por alguns meses e mora no bairro Amapá. Aparenta ter a informalidade “na veia”. Se diz satisfeito com sua situação atual e aponta as “brigas com os colegas de trabalho” como o lado ruim da atividade que realiza. A esposa (E8), também se encontra vivenciando a informalidade, como ele. Têm dois filhos dependentes, um com a atual esposa e outro com a ex. Sempre consegue “tirar um bom dinheiro” e em dias de chuva, vende guarda-chuvas, além dos produtos rotineiros. É camelô no Centro da cidade.

E7, mulher, 39 anos, grau de escolaridade secundário, casada. Trabalhou por 14 anos em um dos registros de imóveis de Porto Alegre e saiu por assédio moral.

Mora na Restinga e é absolutamente avessa a patrão, a “gente mandando”, a horários rígidos. Refere cansaço por estar sempre “correndo atrás”, mas diz gostar muito do que está fazendo e tem curso de gastronomia. A companheira tem emprego fixo e, além disso, também é auxiliada eventualmente pela mãe. Tem obtido ganhos financeiros através da fabricação e venda de gêneros alimentícios por tele-entrega, realização de eventos e Uber

E8, mulher, 29 anos, casada, trabalhou durante 3 anos como vendedora em uma loja de bijuterias. Mora no bairro Amapá e admite não gostar do que faz, não pela atividade em si, mas pela falta do “garantido”. Não se mostrou muito aberta à conversação. É esposa de (E6) e, como ele, atua como camelô no Centro da cidade, mas com “loja” própria.

E9, mulher, 42 anos, formação em educação infantil, trabalhou em uma escolinha no bairro Partenon, onde mora, por cinco anos. O marido tem um bom emprego como bancário do setor privado que assegura a manutenção das despesas. Têm duas crianças dependentes. Desde que a “escolinha” do bairro onde vivem fechou as portas tem produzido e vendido cremes e sanduíches artesanais congelados e afirma estar “administrado bem a situação”, aproveitando para cuidar dos meninos e fazendo o que gosta.

E10, mulher, 44 anos, grau de escolarização fundamental, casada. Trabalhou por 4 anos como cuidadora em uma clínica para idosos. É moradora do bairro Restinga e foi muito difícil conversar com ela, por ser muito fechada. Aparenta ser uma pessoa bastante sofrida. Quando um dos filhos foi baleado por ter se envolvido com a mulher de um traficante, faltou muito ao trabalho e, ao reduzirem o quadro de funcionários da clínica, a demitiram. O marido é pedreiro e eles têm dois filhos dependentes, fora os adultos, que são mais três. É diarista, com três dias fixos semanais e eventuais faxinas.

Essas informações foram obtidas a partir do emprego de técnicas, quais entrevistas narrativas e entrevistas episódicas, em conjunto, com o objetivo de obter o máximo de informações que permitisse conhecer as trajetórias pessoais e ocupacionais dos entrevistados. No entanto, as respostas foram analisadas como se fossem resultantes de entrevistas estruturadas: entre os relatos obtidos, foram selecionadas frases ou palavras emblemáticas da vivência relatada por cada

entrevistado de forma a tornar a análise, que possui cunho subjetivo, o mais objetiva possível, sob pena de tornar-se exaustiva²¹.

A análise global das narrativas de vida permitiu constatar que a vivência da informalidade se deu por opção em alguns casos e por falta dela em outros, resultando na classificação dos entrevistados em dois grupos distintos. O primeiro grupo é constituído por ex-trabalhadores formais que afirmaram ter optado pela informalidade como alternativa à dependência e sujeição às oscilações do mercado de trabalho formal ou por espelharem-se em familiares e que afirmaram sentir-se integrados e valorizados, enquanto o segundo grupo consiste de ex-empregados formais que relataram não ter obtido êxito na tentativa de reinserção no mercado de trabalho formal após a rescisão do último vínculo empregatício, apelando para a informalidade como forma de obter algum recurso à subsistência e que referiram angústia, deslocamento e dificuldades pessoais e sociais em razão de sua atual situação.

Sendo assim, estabelece-se a via de inserção na informalidade, por opção ou por falta de opção, como a variável independente, o fator determinante com relação ao qual serão consideradas as demais variáveis observadas, cujo quadro ilustrativo é o seguinte:

Quadro 1 – Forma de Inserção na Informalidade

Forma de inserção na informalidade	
E1	Falta de opção
E2	Falta de opção
E3	Opção
E4	Falta de opção
E5	Falta de opção
E6	Opção
E7	Opção
E8	Falta de opção
E9	Falta de opção
E10	Falta de opção

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2018).

As respostas fornecidas à pergunta “de uma forma geral, na vida das pessoas, como tu considera o trabalho?”, foram utilizadas para a construção da variável sentido do trabalho, algumas das quais são transcritas a seguir:

²¹ As entrevistas episódicas resultaram em grande volume de informações não comportadas pelo porte nem pela proposta deste estudo. Sendo assim, optou-se por selecionar frases que contivessem uma síntese aproximada das ideias gerais expressadas pelos respectivos entrevistados. Diante disso, as respostas apresentadas bem como a análise que delas decorre apresenta características de entrevistas estruturadas, mas são o resultado de entrevistas episódicas.

Você trabalhando, você vai entrar dentro dum mercado, né... para se manter e de sustentação familiar né...é poder prover as coisas para dentro de casa... ser útil... né, tu passa a ser útil. [...] (E1).

Para mim o trabalho sempre foi um meio de sustentação em segundo lugar... porque em primeiro lugar é o lugar onde a gente passa a maior parte da nossa vida, da nossa existência, né... mais de 8h por dia... eu sempre procurei fazer algo que eu goste, sempre procurei focar isso: que eu goste! (E2).

O trabalho para mim é importante nesse sentido: eu me sinto inserida! E num contexto, né... não é aquela questão de eu quero ter dinheiro para ter posse... é para poder viver dentro dum grupo. (E9).

A análise que diz respeito ao sentido atribuído ao trabalho nos permite fazer algumas afirmações, com base no entendimento da categoria trabalho proposta por Blanch Ribas (2003) e explicitada no capítulo 3: nenhum dos entrevistados entende o trabalho com as características atribuídas ao pólo negativo e, por outro lado, todos os entrevistados mesclam um entendimento que caracteriza os pólos central e positivo, evidenciados através da relação tanto instrumental quanto simbólica que mantêm com essa categoria

Igualmente se leva em consideração, no que diz respeito ao sentido atribuído ao trabalho, dois aspectos propostos pela vertente psicológica empírico-descritiva, descritos no capítulo 3, como centralidade (importância pessoal atribuída), e valores associados a resultados (status, prestígio, satisfação, contatos sociais), os quais são utilizados como indicadores para a variável sentido do trabalho.

O quadro abaixo contém o registro dos indicadores que integram essa variável para cada um dos entrevistados.

Quadro 2: Variável Sentido do Trabalho

	Forma de inserção na informalidade	Centralidade	Valores
E1	Falta de opção	presente	presente
E2	Falta de opção	presente	presente
E3	Opção	presente	ausente
E4	Falta de opção	presente	ausente
E5	Falta de opção	presente	presente
E6	Opção	presente	ausente
E7	Opção	presente	presente
E8	Falta de opção	presente	ausente
E9	Falta de opção	presente	presente
E10	Falta de opção	presente	presente

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2018).

O fato de o indicador centralidade se apresentar presente em todas as falas pode estar relacionado ao fato de que:

[...] no Capitalismo, a renda é o que dá acesso aos meios de sobrevivência no mundo urbano. Provém acesso a coisas que nos permitem construir nossa identidade, incluindo estilos de vida, nos provém com capital social e cultural (LIN, 2001²²; BOURDIEU, 1977²³ *apud* CARDOSO, 2016, p. 327).

[...] que a seu turno, torna possível preencher nossas trajetórias potenciais no mundo do bem-estar (CARDOSO, 2016, p. 327).

De qualquer forma, a análise dos indicadores permite afirmar que o trabalho é reconhecido como uma categoria importante para todos os entrevistados. Por outro lado, a ausência do indicador valor se verifica em dois dos três trabalhadores que se inserem na informalidade por opção, sugerindo que a relação com o trabalho possui maior relevância instrumental do que simbólica para esses trabalhadores.

A pergunta “para ti o que define, o que é um trabalhador?” foi utilizada visando a construção da variável identidade trabalhador, e apresentou os dados mais discrepantes entre si, no que diz respeito a esta investigação. As respostas nos conduziram à elaboração de cinco indicadores distintos, que se encontram ilustrados no quadro abaixo.

Quadro 3: Variável Identidade Trabalhador

	Forma de inserção na informalidade	Aspecto financeiro	Contrato (vínculo, salário e direitos)	Deveres e compromissos	Pertencimento	Sentimento de utilidade
E1	Falta de opção	presente	presente	presente	presente	presente
E2	Falta de opção	presente	ausente	ausente	ausente	presente
E3	Opção	presente	ausente	ausente	ausente	ausente
E4	Falta de opção	presente	ausente	ausente	ausente	ausente
E5	Falta de opção	ausente	ausente	presente	presente	presente
E6	Opção	presente	ausente	presente	presente	presente
E7	Opção	presente	ausente	presente	ausente	presente
E8	Falta de opção	presente	presente	presente	ausente	ausente
E9	Falta de opção	presente	ausente	ausente	ausente	presente
E10	Falta de opção	presente	ausente	presente	presente	presente

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2018).

Diante do quadro abrangente e heterogêneo obtido através das respostas fornecidas pelos entrevistados, que evidencia uma diversidade de formas de

²² LIN, N. **Social capital**: a theory of structure and action. London/New York: Cambridge University Press, 2001.

²³ BOURDIEU, P. **Outline of a theory of practice**. Cambridge: Cambridge University press, 1977.

conceber a identidade trabalhador, opta-se por trabalhar em blocos de análise. O primeiro bloco é formado pelos trabalhadores que apresentam todos os indicadores presentes em sua fala, e apenas E1 se enquadra nessa condição, de acordo com a transcrição abaixo:

[...] é você ter um vínculo que te garanta... é você cumprir com seu horário e suas tarefas... depois, no fim do mês, se a empresa tiver dinheiro ou não para pagar o seu salário, é problema dela! Além disso, você se insere em um grupo... e você faz alguma coisa útil... ser trabalhador é ser útil e receber por isso (E1).

O segundo bloco foi elaborado a partir das respostas que atestam a presença de apenas um dos cinco indicadores construídos, quais sejam: E3, E4 e E9, cujas respostas obtidas, foram as seguintes:

[...] é aquele que luta por conseguir seu próprio dinheiro (E3).

[...] é quem é dono do próprio nariz, ganha seu dinheiro e não depende de ninguém (do ponto de vista econômico) (E4).

[...] trabalhador é quem produz para a sociedade (E9).

Entre esses, E3 e E4 apresentam uma configuração idêntica, em que o único indicador presente se relaciona à dimensão instrumental do trabalho. Apesar disso, E3 se insere na informalidade por opção e E4, por falta dela. E9, que também se insere na informalidade por falta de opção, apresenta como único indicador presente o sentimento de utilidade, sem fazer referência à retribuição financeira. O terceiro bloco de análise é composto pela relevância dos indicadores em relação à identidade trabalhador.

Nesse sentido, as respostas apresentadas pelos entrevistados demonstram que, quando se trata do que identifica um trabalhador, o que de fato possui relevância é a dimensão instrumental do trabalho, expressa através da perspectiva de retribuição financeira, presente na fala de oito dos dez entrevistados. Entre esses oito trabalhadores, um pertence ao grupo que se insere na informalidade por opção e todos os demais se enquadram na inserção da informalidade por falta de opção. Os indicadores sentimento de ser útil e deveres e compromissos surgem na fala de sete e de seis entrevistados, respectivamente.

O indicador sentimento de ser útil se verifica em cinco trabalhadores inseridos na informalidade por falta de opção e em dois dos que se inseriram na informalidade

por opção. O indicador deveres e compromissos compõe a fala de quatro entrevistados do grupo inserção por falta de opção e dois do grupo inserção por opção. Dessa forma, os indicadores mais significativos relacionados à identidade trabalhador são a retribuição financeira em primeiro lugar, seguida do sentimento de utilidade e, por fim, deveres e compromissos. Abaixo, são selecionadas algumas respostas que se enquadram nesse bloco de análise:

[...] trabalhador é aquele que produz alguma coisa e que recebe um valor em troca do que foi capaz de produzir (E2).

[...] é quando alguém depende de ti para fazer alguma coisa... e tu sabe que tu tem que fazer, porque esperam que tu faça... e daí, tu ganha uma utilidade para esas pessoas... e isso tem um preço, claro[...] (E6).

[...] trabalhador, trabalhador é a pessoa que faz coisas para alguém, coisas que essa pessoa não faz, não sabe fazer...ou não quer fazer, não sei... e tu recebe dinheiro por isso... e envolve muita responsabilidade, porque daí... a pessoa confia em ti... pra aquilo (E7).

Os indicadores com menor relevância são contrato e pertencimento, que constam, respectivamente, em duas e três das dez respostas registradas. Isso significa que, no que diz respeito à identidade trabalhador, o que menos tem importância, para o grupo de entrevistados, é o indicador contrato, cuja presença se verifica na resposta de apenas dois trabalhadores, ambos pertencentes ao grupo que se insere na informalidade por falta de opção, consistindo em duas presenças em um total de sete respostas. Nem mesmo (E4), que aparenta ser o que mais sofre com a condição de trabalhador informal, evocou a dimensão normativa como constitutiva da identidade trabalhador em sua fala. Entre os três trabalhadores que optaram pela informalidade, não se verifica nenhuma fala que remeta à ideia de contratos, vínculos, salários ou direitos, sequer de forma tangencial.

Transcreve-se algumas respostas que resultaram na presença dos indicadores contrato e pertencimento, além dos outros indicadores já analisados:

[...] é quem tem direitos e deveres para cumprir... e isso te faz sentir útil e parte de um grupo, o teu grupo de trabalho (E5).

[...] ah, é a pessoa que tem o seu salário certinho no dia do pagamento... mas tem que fazer a sua parte, né (E8).

[...] é quando tu faz algo em troca de dinheiro... é, mas também tem responsabilidades... e também convívios [...] (E10).

Diante do resultado obtido a partir da variável identidade trabalhador, é possível afirmar que o assalariamento não ocupa posição de destaque quando o que está em jogo é sentir-se trabalhador. A obtenção de retribuição financeira e os sentimentos de estar sendo útil e comprometido se apresentam como fatores determinantes na constituição da identidade trabalhador, de acordo com o grupo de trabalhadores que compõem esta investigação.

Sendo assim, a análise realizada indica que a vivência na informalidade não é um problema que se impõe à identidade trabalhador, desde que exista a retribuição financeira, associada ao sentimento de ser útil e ao comprometimento.

A análise das respostas dadas à pergunta “nesse momento da tua vida, tu te considera um trabalhador?”, cujas respostas são expostas a seguir, permitiu a elaboração da variável pertencimento em relação à categoria trabalhador.

Eu sim... os outros, não sei... acho que estou mais para um quebra-galho (E1).

Mas é claro! Tenho minhas atividades, meus clientes [...] (E2).

Assim.. oh... trabalhador... trabalhador... acho que não, né... (risos) (E3).

Acho que não... se bem que... (suspiro) vagabundo eu não sou... mas... acho que sim [...] não [...] não sei! (E4).

Boa pergunta! Mas eu acho que sim...porque eu tenho meus horários... e o Senhor H [...] e a esposa dele [...] eles contam comigo [...] sou sim! (E5).

Sou trabalhador, não roubo ninguém, tenho minha loja, meus produtos, meus clientes [...] (E6).

Sempre fui trabalhadora! E continuo sendo! (bastante enfática) (E7).

Daí, depende [...] é que para muitos, isso aqui não é trabalho, mas para nós, para nós é trabalho sim! Não é o que eu quero para mim, mas é trabalho também! (E8).

Sim [...] porque eu tenho minhas rotinas [...] de comprar ingredientes, de preparar [...] também tenho meus clientes [...] (E9).

Não como eu gostaria [...] mas sim [...] ganho meu dinheiro honestamente [...] (E10)..

O mais interessante com relação a essa pergunta, é que sepretendia obter como resposta apenas um “sim” ou um “não”! Em nenhum momento foi mencionada a palavra “justificativa”, ou “por quê?”, mas todos os dez entrevistados fizeram questão de justificar sua resposta, razão porque se transcreveu as dez respostas obtidas. Essa peculiaridade representa uma dinâmica própria ao processo

identitário, pois conforme Dubar (2005) não há como discernir a dinâmica das identidades sem levar em conta tanto sua construção individual como social. O autor (1997) “recusa a distinção de identidade individual da coletiva para fazer da identidade social uma articulação entre duas transações: uma transação interna ao indivíduo e uma externa, estabelecida entre o indivíduo e as instituições com as quais interage” (DUBAR, 1997, cap. 5).

A necessidade de justificar seu pertencimento à categoria trabalhador ratifica os postulados teóricos de Dubar, segundo os quais não existe identidade sem o outro uma vez que é a partir do outro que cada um se identifica. A justificação, que se apresenta como integrante de uma transação externa, indica uma tentativa de que o outro confirme ou espelhe a maneira como os entrevistados percebem-se a si próprios e gostariam que fossem percebidos pelos demais. Ou, de acordo com Dubar (1997) correspondem a uma identidade reivindicada, a forma como gostariam que fossem reconhecidos, o que consiste na identidade para o outro.

A divisão intrínseca à identidade tem de ser esclarecida pela dualidade da sua própria definição: identidade para si e identidade para o outro são inseparáveis e estão ligadas de uma forma problemática. Inseparáveis porque a identidade para si é correlativa do outro e do seu reconhecimento: sabe-se quem se é através do olhar do outro. Problemática porque “a experiência do outro nunca é diretamente vivida por si... de tal forma que nos apoiamos nas nossas comunicações (o que o outro está falando) para nos informarmos sobre a identidade para nós próprios” (LAING, 1971²⁴, p. 29 *apud* DUBAR, 1997, cap. 5).

A socialização é, enfim, um processo de identificação, de construção de identidade, ou seja, de pertença e de relação. Socializar-se é assumir o sentimento de pertença a grupos (de pertença ou de referência), ou seja, assumir pessoalmente as atitudes do grupo que, sem nos apercebermos, guiam as nossas condutas (MOSCOVICI, 1952²⁵, p. 32, *apud* DUBAR, 1997, cap. 5).

Ou seja, considerar-se como trabalhadores (identidade para si) não foi suficiente para os entrevistados, que fizeram uso da justificação como instrumento de reconhecimento externo, pela necessidade de reconhecimento também do outro.

Abaixo, o quadro sintético que ilustra as respostas dadas pelos entrevistados à pergunta “nesse momento da tua vida, tu te considera um trabalhador?”,

²⁴ LAING, R. (1961). **Self and the others**. Paris: Gallimard, 1971.

²⁵ MOSCOVICI, S. **Introduction à la psychologie sociale**. Paris: Larousse, 1972.

acompanhada de uma adjetivação necessária para colocar em evidência a repercussão da vivência na informalidade em suas identidades. De um total de dez entrevistados, cinco demonstraram incerteza quanto à reconhecer a própria condição de trabalhador, sendo três afirmativas vacilantes e duas indefinições claras, entre as respostas obtidas.

Quadro 4: Variável Pertencimento

	Forma de inserção na informalidade	Pertencimento	Adjetivação
E1	Falta de opção	presente	vacilante
E2	Falta de opção	presente	enfático
E3	Opção	não sabe	não sabe
E4	Falta de opção	não sabe	não sabe
E5	Falta de opção	presente	vacilante
E6	Opção	presente	enfático
E7	Opção	presente	enfático
E8	Falta de opção	presente	vacilante
E9	Falta de opção	presente	neutro
E10	Falta de opção	presente	neutro

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2018).

A relação com a forma de inserção na informalidade pode ser percebida da seguinte forma: dos sete trabalhadores que se encontram na informalidade por falta de opção, três afirmaram ser trabalhadores sem revelar muita convicção, um não soube responder por estar em dúvida, dois se afirmaram trabalhadores de forma neutra e apenas um afirmou ser trabalhador enfaticamente. Entre os três trabalhadores que se inserem na informalidade por opção, um não soube responder, pois ficou confuso e os demais foram enfáticos em sua resposta.

Essa avaliação sugere que a vivência da informalidade por opção permite aos trabalhadores que vivenciam essa condição uma continuidade identitária que não admite espaço para questionamentos. De outra forma, no que diz respeito ao trabalhadores inseridos na informalidade por falta de opção, percebe-se que se essa condição não gera um sentimento absoluto de exclusão, gera, pelo menos, incerteza e os faz duvidar da própria condição de trabalhadores.

Erikson (1972²⁶ *apud* DUBAR, 1997, p. 5), insiste que “[...] a identidade nunca está instalada, nunca está acabada já que aquilo que envolve o Eu é instável e que os indivíduos atravessam obrigatoriamente crises de identidade ligadas à fissuras internas do eu”.

²⁶ ERIKSON, E. H. (1968). *Adolescence et crise*. La quête de l'identité. Paris: Flammarion, trad. 1972.

Sociologicamente, a identidade não é mais do que o resultado simultaneamente estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, em conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições. Esta noção tenta introduzir a dimensão subjetiva, vivida, psíquica no âmago da análise sociológica.

Em contraponto à psicanálise, aborda a questão através da expressão individual dos mundos subjetivos que são, simultaneamente, mundos vividos e mundos expressos, portanto, mundos suscetíveis de serem apreendidos empiricamente (DUBAR, 1990\ b).

Essa abordagem procura compreender as identidades e as suas eventuais fraturas como produtos de uma tensão ou de uma contradição interna ao próprio mundo social (entre o agir instrumental e o comunicacional, o societário e o comunitário, o econômico e o cultural) e nunca em primeiro lugar como resultados do funcionamento psíquico e dos seus recalcamientos biográficos.

Para verificar a existência de reconversões identitárias, foram avaliadas as respostas dadas às perguntas “à época em que estava empregado, qual palavra te definia?” e “e agora, que está sem emprego, qual palavra te define?”, procurando captar a autopercepção de cada um dos entrevistados em dois momentos distintos em suas trajetórias de trabalho, enquanto trabalhadores formais e enquanto inseridos na informalidade, objetivando com isso avaliar se houve alguma modificação e, em caso afirmativo, verificar que tipo de modificação se deu, se a autopercepção apresentou melhorias ou se sofreu depreciação.

Para essa variável também se fez necessário uma adjetivação, a exemplo do que ocorreu com a variável pertencimento, como forma de categorizar a trajetória percorrida quanto à autopercepção. Para nomear os casos em que a mudança constatada resultou em melhoria, quando associada à satisfação e valorização, por exemplo, utiliza-se a palavra “positiva”; em contrapartida, usa-se a palavra “negativa” para indicar os casos em que se verificou desvalorização ou depreciação, obtendo como resultado o quadro a seguir.

Quadro 5: Variável Autopercepção

	Forma de inserção na informalidade	Situação: emprego formal	Situação: informalidade	Mudança na autopercepção	Adjetivação
E1	Falta de opção	poderoso	dependente	presente	negativa
E2	Falta de opção	pleno	incompleto	presente	negativa
E3	Opção	tranquilo	expectativa	-	-
E4	Falta de opção	independente	fracasso	presente	negativa
E5	Falta de opção	digno	conformado	presente	-
E6	Opção	normal	dono de mim	presente	positiva
E7	Opção	inferno	liberdade	presente	positiva
E8	Falta de opção	tranquila	insatisfeita	presente	negativa
E9	Falta de opção	feliz	feliz	ausente	-
E10	Falta de opção	comprometida	cansada	presente	negativa

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2018).

A identidade humana não é dada, de uma vez por todas, no ato da vida. O indivíduo nunca a constrói sozinho: ela depende tanto dos julgamentos dos outros como das suas próprias orientações e autodefinições e é sempre construída e a (re)construir numa incerteza maior ou menor e mais ou menos durável.

Porque se torna um bem raro, o emprego condiciona a construção das identidades sociais; porque sofreu importantes mudanças, o trabalho apela a sutis transformações identitárias; porque acompanha intimamente todas as mudanças do trabalho e do emprego, a formação intervém nas dinâmicas identitárias muito para além do período escolar (DUBAR, 2005).

Embora não seja possível avaliar com precisão a percepção do outro significativo de cada entrevistado, é possível avaliar a percepção própria de si através da definição de si mesmo em duas situações distintas: como empregados formais e como trabalhadores informais.

As respostas dadas encontram ressonância em Dubar (1997, cap. 5), quando o autor afirma que “[...] a identidade de alguém é aquilo que ele tem de mais precioso: sua perda é sinónimo de alienação, de sofrimento, de angústia e de morte”.

Enquanto empregados formais, as palavras escolhidas pelos entrevistados que se encontram na informalidade por falta de opção para defini-los apresentam conotação positiva associada à posse de alguma coisa que agrega e evidencia algum pertencimento, enquanto as palavras escolhidas para definição própria na vigência da informalidade apontam, para a negatização e a depreciação, indicando uma modificação de aspecto negativo na autopercepção dos trabalhadores desse

grupo, que pode ser simbolicamente considerada como alienação, sofrimento, angústia e morte, assim como sugere Dubar.

No entanto, não é possível afirmar que houve uma re(configuração) identitária por parte desse grupo de trabalhadores. A percepção de si sofreu alterações significativas no sentido de perdas, de desvalorização e de negatização quando comparada à percepção em um contexto de inserção no mercado de trabalho formal. Todavia, a autopercepção, que pode ser compreendida como identidade para si de acordo com Dubar (1997), é apenas um aspecto do processo identitário e não sua totalidade.

Retomando a análise da variável autopercepção, ocorrem exceções, que se referem a dois trabalhadores, E5 e E9 . As palavras escolhidas por E5 apontam para uma neutralidade que não permite avaliar sua autopercepção no sentido de reformulação com reflexos positivos ou negativos, enquanto com relação a E9 sequer houve modificação.

Em relação ao grupo de trabalhadores que se encontram na informalidade por opção, os resultados se apresentam de forma bastante diversa se comparados com o outro grupo. Entre os três trabalhadores que compõem esse grupo, um deles se mostra neutro e os outros dois revelam uma alteração positiva em sua autopercepção, sugerindo que a vivência na informalidade não gera resultados negativos em sua autopercepção mas, ao contrário, permite constatar uma valorização.

A variável relações de trabalho foi construída a partir das projeções para o futuro relatadas pelos entrevistados e resultou nos indicadores continuidade e ruptura. O indicador continuidade foi vinculado aos planos e aspirações dos trabalhadores entrevistados em se manterem na situação atual, ou seja, manterem-se em relações de trabalho informais, enquanto o indicador ruptura foi vinculado ao desejo de modificação, de rompimento com a situação atual, através da reinserção em relações de trabalho formais.

Entre aqueles que se encontram na contingência da informalidade por falta de opção os dados indicam uma persistência em reafirmar sua identidade trabalhadora, nos moldes como a desejam, através da reinserção no mercado de trabalho formal. Questionados quanto às expectativas para o futuro, a resposta da maioria dos entrevistados desse grupo foi a seguinte:

Conseguir um contrato que me garanta (E1).

Conciliar uma atividade na minha área e que seja em um lugar agradável, bom de se estar (E2).

Eu não quero continuar com isso (camelô) [...] eu quero salário no fim do mês, quero férias, décimo terceiro e tudo que um dia eu já tive [...] (E8).

Espero conseguir uma coisa fixa [...] certa [...] continuo procurando e [...] uma hora eu acho que vai dar [...] né? (E10).

Entre os dez trabalhadores integrantes desse grupo, dois não relataram projeções futuras envolvendo mudanças em suas relações de trabalho. São eles:

Continuar o que venho fazendo [...] podia ser pior, eu podia estar só com o dinheiro da aposentadoria (E5).

Conquistar mais clientes e dar continuidade ao que já faço [...] está bom assim (E9).

O entrevistado (E4), que integra o grupo de trabalhadores que se inserem na informalidade por falta de opção, foi o único a não referir expectativas futuras por não acreditar que elas existam para ele, e essa atitude frente a sua atual condição coincide com a modificação negativa verificada em sua autopercepção através da palavra com forte cunho pejorativo de que se utilizou. Com relação ao grupo que compõe a inserção na informalidade por opção, dois, entre os três não demonstram projetar mudanças em suas relações de trabalho, ratificando sua opção consciente e definitiva pela informalidade:

Eu gosto do que faço [...] para que mudar? [...] para eu sair daqui só se for por um salário muito bom [...] (E6).

Trabalhar, trabalhar e trabalhar! É só o que eu peço para Deus: me dá trabalho, que eu preciso terminar de pagar as minhas contas e respirar um pouco [...] (E7).

O quadro ilustrativo da variável relações de trabalho é a seguinte:

Quadro 6: Variável Relações de Trabalho

	Forma de inserção na informalidade	Continuidade (com a condição de trabalhador informal)	Ruptura (com a condição de trabalhador informal)
E1	Falta de opção	ausente	presente
E2	Falta de opção	ausente	presente
E3	Opção	presente	presente
E4	Falta de opção	ausente	ausente
E5	Falta de opção	presente	ausente
E6	Opção	presente	ausente
E7	Opção	presente	ausente
E8	Falta de opção	ausente	presente
E9	Falta de opção	ausente	presente
E10	Falta de opção	ausente	presente

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa (2018).

Um dos dois casos em que se observa a projeção de continuidade pode ser compreendido através do processo de socialização específica do entrevistado que a refere, E6 . Nesse caso, o entrevistado, cujo pai foi trabalhador informal durante toda sua trajetória profissional, serviu de modelo de pertença (identidade para si) e de aspiração (identidade para o outro), resultando em uma vivência desejada e valorizada na informalidade.

Esse caso ilustra a tese de Cardoso (2016, p. 322) segundo a qual, “[...] geralmente nesses casos, tudo é informal, desde a ocupação de áreas urbanas, a construção de lares, o acesso à infra-estrutura urbana até as relações interpessoais e as relações com instituições públicas e a sociabilidade em geral”.

O segundo caso, E7, diz respeito a uma experiência traumática vivenciada em ambiente de trabalho formal, que motivou a entrevistada a buscar alternativas menos desconfortáveis, apesar de mais trabalhosas, à manutenção de sua subsistência, nas atividades informais as quais atribui sua satisfação atual.

Se no primeiro caso observa-se uma continuidade desejada com a relação de trabalho informal em decorrência do processo de socialização vivenciado por E6, no segundo caso a inserção na informalidade se deu devido a uma ruptura desejada com a relação formal de trabalho, promovida por iniciativa da própria trabalhadora, E7, que reconfigurou seus grupos de pertença e de atribuição, que atualmente divergem da forma como foi socializada. A partir dessa reconfiguração a trabalhadora passou a identificar-se com a condição informal, revelando intenção de continuidade nesse tipo de relação de trabalho bem como satisfação com ela.

Os demais entrevistados, componentes do grupo de trabalhadores que se inseriram na informalidade por falta de opção, pertencem ao imenso contingente de

trabalhadores que foi socializado nos moldes da sociedade salarial e que aspira a um emprego formal, com direitos e garantias asseguradas. Esse grupo de trabalhadores compartilha dos grupos de pertença e de atribuição e, embora tenham demonstrado algumas incertezas com relação às suas identidades em decorrência da imposição da vivência na informalidade, não alteraram (ainda) seu grupo de referência relacionado ao trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo, objetivou-se verificar de que forma a informalidade, que faz parte da história do nosso país, desde a constituição da sociedade do trabalho até a atualidade, contribui para re(configuração) das identidades dos trabalhadores ora informais, no sentido de reafirmá-las ou de reconfigurá-las.

Para tanto, selecionou-se ex-trabalhadores formais, cujas trajetórias vividas foram ouvidas, com relação às suas narrativas, suas aspirações, mas também inquirindo sobre pontos julgados necessários à compreensão de suas dinâmicas identitárias, sob os aspectos biográfico e relacional.

Essa etapa do processo compreendeu questionários autoaplicados e entrevistas episódicas que foram analisadas em conjunto com suas narrativas de vida, resultando nas variáveis sentido, identidade trabalhador, pertencimento, autopercepção e expectativas quanto a relações de trabalho.

Apesar dos limites impostos pela proposta exploratória desta pesquisa, os resultados obtidos permitem afirmar que não existe relação entre a vivência na informalidade por falta de opção e uma necessidade de reconfiguração identitária diante dessa circunstância. A análise empírica colocou em evidência aspectos subjetivos, relacionados à identidade para si, mas não revelou nenhuma ruptura provocada no Eu pelos condicionantes sociais.

Essa constatação deixa de ser surpreendente se for levada em conta a forma como se constituiu a sociedade do trabalho no Brasil, com seus contornos marcados pela precariedade e exclusão, características essas que permanecem inalteradas na atualidade.

A identidade do trabalhador brasileiro, desde que se constituiu um mercado de trabalho no Brasil, sempre esteve marcada pela dificuldade de acesso, pela precariedade e associada à obtenção dos mínimos vitais à sobrevivência.

Dessa forma, embora exista o anseio por condições de trabalho mais dignas entre os trabalhadores brasileiros, não causa espanto que a dimensão instrumental do trabalho seja satisfatória, assumindo uma dimensão valorativa particular no contexto brasileiro, sem exigir a necessidade de (re)configuração identitária entre os ex-trabalhadores informais que foram entrevistados.

Isso não significa, contudo, que essas identidades não estejam postas em questão por esses mesmos trabalhadores. A necessidade de justificativas ao

afirmarem-se trabalhadores, assim como a insegurança associada a essa afirmação, além das palavras escolhidas para auto-definição na vigência da condição informal, exceção feita aos que fizeram a opção pela informalidade, atestam a instabilidade identitária que caracteriza grande parte do grupo de trabalhadores entrevistados.

É preciso considerar, também que as expectativas de ruptura com a condição informal, alimentadas por muitos dos entrevistados apontam para o desconforto gerado pela condição ora vivenciada.

A partir dessas considerações, é possível afirmar que o incessante atrito entre as aspirações dos trabalhadores entrevistados e a realidade que se apresenta já deixou marcas em suas subjetividades, que se demonstram enfraquecidas umas, desanimadas outras, em decorrência da vivência em uma condição à qual não desejaram e à qual não se ajustam e contra a qual lutam, cada um a seu modo.

REFERÊNCIAS

- BORGES, A.; DRUCK, M. Crise global, terceirização e exclusão no mundo do trabalho. **Caderno CRH 19**, Salvador, v. 6, n. 19, jul./dez. 1993.
Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/issue/view/1375/showToc>. Acesso em: 12 jun. 2018.
- CARDOSO, A. Informality and public policies to overcome it. The case of Brazil. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 321-349, maio/ago. 2016.
Disponível em: <https://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/v-06-n-02/>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- CARDOSO, A. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- CARDOSO, A. Informalidade como forma social do trabalho: uma proposta teórica e algumas implicações empíricas. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION - LASA2014, 32., May 21-24, 2014, Chicago. **Anais ...** Chicago: [s.e.], 2014.
- CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. Narrative inquiry: experience and story in qualitative research. San Francisco: Jossey-Bass, 2000.
- COUTINHO, M. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, n. 19, ed. esp., n. 1, p. 29-37, 2007.
Disponível em: www.scielo.br/php?script=sci_arttex&pid=S0102-71822007000400006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 05 abr. 2018.
- COUTINHO, M. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [s.l.], v. 12, n. 2, p. 189-202, 2009.
Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490v12i2p189-202>. Acesso em: 19 jun. 2018.
- DUBAR, C. **A Socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DUBAR, C. **A Socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Portugal. Porto Editora, 1997.
- FILGUEIRAS, L.; DRUCK, G.; AMARAL, M. O Conceito de Informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 41, maio.\ago. 2004.
Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/issue/view/1395/showToc>. Acesso em: 08 maio. 2018.
- GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

NORONHA, E. "Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 111-126, out. 2003.

Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=0102-690920030003&script=sci_issuetoc. Acesso em: 27 jul. 2018.

OIT: DESEMPREGO e déficits de trabalho decente continuarão altos em 2018. **OIT**, jan. 2018.

Disponível em: www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_615927/lang-pt/index.htm. Acesso em 28 maio. 2018.

PERES, T. Informalidade: Um conceito em busca de uma teoria. **Revista da ABET**, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 270-289, jul./dez. 2015.

Dsponível em: www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/issue/view/1721/showToc. Acesso em: 01 ago. 2018.

PINHEIRO-MACHADO, R. China-Brasil-Paraguai: uma rota para pensar a economia informal. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 117-133, jun. 2008.

Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-690920080002&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 10 abr. 2018.

SCHNAPPER, D. **Contra o fim do trabalho**: Conversa com Philippe Petit / Dominique Schnapper. Lisboa: Terramar, 1998.

SORJ, B. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 25-34, jun. 2000.

Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092000000200002&lng=en&hrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 13 ago. 2018.

TOLFO, S.; PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia & Sociedade**, [s.l.], v. 19, ed. esp., n. 1, p. 38-46, 2007.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000400007>. Acesso em: 26 jun. 2018.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO AUTOAPLICADO PARA ENQUADRAMENTO E SELEÇÃO PARA ENTREVISTAS

1. Já trabalhou com carteira assinada?
2. Em caso afirmativo, por quanto tempo?
3. Em caso afirmativo, por que saiu?
4. Qual sua parcela de contribuição na renda da família? (apenas para verificar se a família possui outros meios de manter-se economicamente)
5. Tem procurado emprego?
6. Em caso afirmativo, por quanto tempo?
7. Como tem se virado por enquanto?

**APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTA NARRATIVA
(PERGUNTA 1) E EPISÓDICA (DEMAIS PERGUNTAS)**

1. De acordo com o preenchimento do questionário, trabalhaste XXX anos/meses com carteira assinada. Gostaria de nos contar um pouco sobre essa experiência?
2. Qual a causa da extinção do vínculo?
3. De uma maneira geral, na vida das pessoas, como tu considera o trabalho?
4. Para ti o que define, o que é um trabalhador?
5. À época em que estava empregado, qual palavra te definia?
6. E agora que está sem emprego, qual palavra te define?
7. Nesse momento da tua vida, e levando em consideração as atividades que vem realizando para “se virar”, tu te considera um trabalhador?
8. Quais são as tuas expectativas para o futuro?